



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes

Juliane Barros da Silva

**Aspectos Avaliativos Sob a Perspectiva de Licenciandos em Ciências
Biológicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2015

Juliane Barros da Silva

**Aspectos Avaliativos Sob a Perspectiva de Licenciandos em Ciências Biológicas da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Monografia apresentada ao Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Rosalina Maria de Magalhães Pereira

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

S586 Silva, Juliane Barros da.
Aspectos avaliativos sob a perspectiva de licenciandos em Ciências biológicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. – 2015.
f. : il.
Orientadora: Rosalina Maria de Magalhães Pereira.
Banca Examinadora: : Rosalina Maria de Magalhães Pereira, Waisenhowerk Vieira de Melo, Débora de Aguiar Lage.
Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Biologia Roberto Alcantara Gomes .

1. Avaliação educacional - Rio de Janeiro (RJ) - Monografias . 2. Ensino superior - Rio de Janeiro (RJ) - Monografias. I. Pereira, Rosalina Maria de Magalhães. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Biologia Roberto Alcantara Gomes. III. Título.

CDU 371.26(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta monografia.

Assinatura

Data

Juliane Barros da Silva

**Aspectos Avaliativos Sob a Perspectiva de Licenciandos em Ciências Biológicas da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Monografia apresentada ao Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 11 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.^a Rosalina Maria de Magalhães Pereira (Orientadora)

Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes - UERJ

Prof. Waisenhowerk Viera de Melo

Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes - UERJ

Prof.^a Débora de Aguiar Lage

Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - Cap-UERJ

Rio de Janeiro

2015

A avaliação não é o ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros ou equívocos porventura cometidos. Daí o seu caráter dialógico.

Paulo Freire

DEDICATÓRIA

Aos meus pais por despertarem em minha personalidade, ainda na infância, a sede pelo conhecimento, acreditarem e investirem na minha educação.

Ao meu avô João (em memória) por me ensinar que nunca é tarde demais para aprender, meu primeiro aluno, minha eterna saudade.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. Seu fôlego de vida em mim me deu coragem para questionar a realidade e propor um novo mundo de possibilidades.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, seu corpo docente, direção e administração que proporcionaram a janela na qual hoje vislumbro um horizonte superior.

À minha querida orientadora Mc. Rosalina Magalhães por me acolher em um momento tão difícil, pelo suporte, correções e incentivo.

À toda a equipe do Departamento de Ensino de Ciências e Biologia da UERJ, em especial a professora Dr. Magui Vallim por reconhecer em mim um talento e me mostrar caminhos inimagináveis.

Aos meus pais Davi, Fátima e meu irmão Davi Jr. pelo carinho, amor e apoio incondicional.

Ao meu namorado, melhor amigo e companheiro de todas as horas, Humberto Blanco, pelo carinho, compreensão e amor.

Aos amigos e companheiros de graduação Roberta, Luana, Priscila, Rosalina, Ana Paula, Caio, Pedro e muitos outros que tornaram esta jornada mais divertida.

Aos queridos amigos Laís, Fernanda, Raquel, Vilma e Otto e as Drs. Danuza Esquenazi e Íris Peixoto com quem muito aprendi.

Às amigas de longa data Dayana, Debora, Gisele, Alessandra e Priscila Grimm.

A todos os colegas que com boa vontade responderam ao questionário aqui proposto, contribuindo com a melhorias na formação docente.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados	28
Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa: P1 e P2	28

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura do questionário: parte I e parte II	29
Figura 2 - Proposta curricular de 2006.....	43
Figura 3 - Proposta curricular de 2010.....	44
Figura 4 - Proposta curricular de 2011.....	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Finalidade do ato avaliativo de acordo com o grau de importância considerado pelos sujeitos da pesquisa.	31
Gráfico 2 -	Crerios considerados no ato avaliativo de acordo com o grau de importância considerado pelos sujeitos da pesquisa.....	32
Gráfico 3 -	Utilização de critérios diferenciados para avaliação de alunos incluídos de acordo com os entrevistados no estudo.....	34
Gráfico 4 -	Grau de satisfação dos alunos submetidos à avaliação dos entrevistados, com base em seus relatos.....	37
Gráfico 5 -	Elucidação do grau de autonomia avaliativa dos entrevistados nas instituições onde trabalha.....	38
Gráfico 6 -	Avaliação dos avaliadores.....	39
Gráfico 7 -	Proveniência do saber avaliativo segundo os entrevistados.....	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IBRAG	Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação

RESUMO

SILVA, J. B. Aspectos avaliativos sob a perspectiva de licenciandos em Ciências Biológicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 109 f. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Departamento de Ensino de Ciências e Biologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O ato de avaliar, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica é, não apenas uma das atribuições da carreira docente, mas também um dos princípios norteadores do preparo para o exercício profissional. Avaliar não é um mero exercício de distribuição de valores numéricos, é o meio pelo qual verifica-se o aprendizado e direciona-se o trabalho docente. Este deve ocorrer de forma contínua, considerar o contexto sócio-político do grupo o qual está inserido e as condições individuais de cada aluno. Na prática, os docentes se deparam com diversas situações que dificultam a aplicação desses pressupostos, ou ainda, não se sentem qualificados para lidar com determinadas situações, como por exemplo a obrigatoriedade da inserção de alunos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino. Em outros casos a própria instituição de ensino interfere na prática avaliativa do docente, visando por vezes a formação de *rankings* em exames de avaliação sistêmicos em detrimento da aprendizagem significativa. As consequências de uma inadequada prática avaliativa vão desde o sentimento de frustração até a repetência do aluno, que pode levar à evasão escolar. Desta forma, este estudo visa investigar como (e se) a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) prepara os graduandos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, para que eles se tornem capazes de avaliar de forma coerente. O presente estudo considerou 35 indivíduos, que foram divididos em dois grupos de acordo com a sua experiência avaliativa em sala de aula. A metodologia utilizada é definida como estudo transversal descritivo quali-quantitativo, com aplicação de um questionário, posterior representação estatística dos resultados e análise qualitativa, buscando compreender e interpretar o fenômeno observado. Os resultados obtidos demonstram que os entrevistados possuem uma base teórica sólida inerente aos critérios e finalidades avaliativas. Quanto à avaliação de alunos incluídos, o discurso dos entrevistados condiz com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Declaração de Salamanca, que garantem a esses estudantes o acesso à educação em turmas regulares, com ensino e avaliação diferenciados. No entanto quando se investiga questões práticas, da rotina avaliativa, percebe-se que os entrevistados têm suas atividades limitadas pela instituição de ensino onde leciona e que os alunos, alvo de sua prática avaliativa, na grande maioria das vezes não se sentem satisfeitos com a avaliação a qual estão sendo submetidos. Ainda de acordo com o resultado desse estudo, a maior parte dos entrevistados não vincula seu saber avaliativo à universidade. Após verificação cuidadosa das três últimas versões curriculares da universidade para o curso de Ciências Biológicas, foi constatado que nas duas mais antigas o tema avaliativo não é tratado dentro das especificidades da disciplina ciências e biologia. Constatamos ainda que na versão curricular em vigor atualmente há diversas modificações que buscam sanar essa deficiência a fim de formar profissionais cada vez mais comprometidos com uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Avaliação da Aprendizagem. Licenciatura. Formação Docente. Currículo.

ABSTRACT

SILVA, J. B. Evaluative aspects under undergraduates perspective in Biological Sciences at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 109f. Monografia (Licenciatura em Biologia) – Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Departamento de Ensino de Ciências e Biologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The act of evaluating, according to the National Curriculum Guidelines for Teacher Training of Basic Education is not only one of the tasks of the teaching profession, but also one of the guiding principles of preparation for professional practice. Evaluation is not a mere exercise in distribution of numeric values, is the means by which learning is checked and teaching is directed. The learning process should continuously occur, the socio-political context must be taken into consideration as well as the individual conditions of each student. In practice, teachers are faced with different situations that hinder the application of these principles or do not feel qualified to handle certain situations, such as mandating the inclusion of students with special needs or learning disabilities in the common school system. In other cases the teaching institution itself interferes in the evaluation practice of teaching, aiming sometimes the formation of rankings in systemic evaluation exams at the expense of meaningful learning. The consequences of inadequate assessment practice involve from the frustration feeling to the disapproval of the student, which can lead to truancy. Thus, this study aims to investigate how (and if) the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) prepares graduates of the degree course in biological Sciences, so that they become able to evaluate consistently. This study considered 35 subjects that were divided into two groups according to their evaluation experience in the classroom. The methodology used is defined as descriptive qualitative and quantitative cross-sectional study, with the aid of a questionnaire, subsequent statistical representation of results and qualitative analysis, trying to understand and interpret the observed phenomenon. The results show that respondents have a solid theoretical basis inherent to the criteria and objectives of the evaluation. As the assessment of the included students, the speech of respondents is in agreement with the law of guidelines and bases of education and the Salamanca declaration, that guarantee for these students access to education in regular classes with differentiated teaching and assessment. However, when practical matters of routine reviews are investigated, one realizes that the respondents have their activities limited by the school in which they teach and that the students, targets of their assessment practice, in most cases, do not feel satisfied with the evaluation which are being submitted. Also according to the result of this study, the majority of the respondents say that their experience in evaluation was not acquired during their training at the university. After careful checking of the last three versions of the university curriculum for the course of Biological Sciences, in the two older versions curriculum was found that the theme evaluation was not treated within the specificities of the disciplines of science and biology. We also acknowledge that the curriculum currently in force has several changes that seek to rectify this situation in order to train professionals increasingly committed to a quality education.

Keywords: Evaluation of Learning. Bachelor. Teacher Training. Curriculum.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO	15
2	MODALIDADES DE AVALIAÇÃO	17
3	MODALIDADES DE AVALIAÇÃO	18
4	EXAMES NACIONAIS E VESTIBULARES	19
5	PRINCIPAIS PROBLEMAS NA AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS CONSEQUENCIAS	21
6	AVALIAÇÃO DE ALUNOS INCLUÍDOS: UM NOVO DESAFIO	23
7	FORMAÇÃO DOCENTE E AVALIAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO	24
8	JUSTIFICATIVA	25
9	OBJETIVOS	26
9.1	Objetivo geral	26
9.2	Objetivos específicos	26
10	MATERIAIS E MÉTODO	27
10.1	Questionário	28
10.2	Análise das versões curriculares	30
11	RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
11.1	Finalidade e critérios utilizados na avaliação da aprendizagem	30
11.2	Avaliações de alunos incluídos	33
11.3	Questões acerca da prática avaliativa	36
11.4	Origem do saber avaliativo	39
11.5	Avaliação da aprendizagem e currículo: A universidade ensina a avaliar?....	40
11.5.1	<u>Versão curricular de 2006</u>	41
11.5.2	<u>Versão curricular de 2010</u>	43
11.5.3	<u>Versão curricular de 2011</u>	44
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48

APÊNDICE –	Questionário: parte I e II.....	53
ANEXO A –	Fluxograma das versões curriculares	55
ANEXO B	Ementa das disciplinas – currículos antigos	59
ANEXO C -	Ementa das disciplinas – currículo novo	87

INTRODUÇÃO

Define-se avaliação por atribuição de valor e mérito ao objeto em estudo, tendo a palavra origem do latim *a + valere* (KRAEMER, 2005). A avaliação é utilizada amplamente em diversos ramos; no campo da educação, muitas vezes, confundindo-se com o próprio processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação escolar nasceu com os colégios, por volta do século XVII e a partir do século XIX, com a escolaridade obrigatória assume um caráter indissociável ao ensino de massa (PERRENOUD, 1999). Referindo-se ao espaço escolar, Demo (1995) define avaliação como “processo permanente de sustentação da aprendizagem do aluno.”

O ato avaliativo consiste em um instrumento de verificação do aprendizado do aluno, que fornece subsídios ao trabalho docente e direcionar o processo de ensino aprendizagem, de forma a contemplar a melhor abordagem pedagógica. (OLIVEIRA, 2003 *apud* KRAEMER, 2005).

Além disso, outros autores consideram que a avaliação deve considerar igualmente o contexto sócio-político do grupo o qual está inserido e as condições individuais do aluno (OLIVEIRA, 2003 *apud* KRAEMER, 2005). A metodologia avaliativa deve ir além da concepção pedagógica, deve captar as diferenças e respeitar as individualidades, deve ser plural e flexível, de modo que o processo é que deverá definir os métodos a serem utilizados (QUEIROGA, 1993).

Segundo Demo (1995) a avaliação deve fazer parte do processo educativo de forma permanente, não sendo vista como um momento em especial ou principal de todo um processo, tampouco deve ocorrer “de fora para dentro ou de cima para baixo”. Kraemer (2005) declara que constitui uma operação indispensável em qualquer sistema escolar.

O que tem se observado, no entanto, é que na prática, seus objetivos estão cada vez mais obscuros, não refletindo o processo de aprendizagem e ocultando uma realidade comum, o de crise no sistema educacional. Kraemer (2005) corrobora com a afirmativa quando diz que o processo de conquista do conhecimento pelo aluno ainda não está refletido na avaliação; e que este processo trata-se apenas de uma contabilização dos resultados.

1 HISTÓRIA DA AVALIAÇÃO

O processo de avaliar é bastante antigo, não como processo escolar, mas como fenômeno natural do comportamento humano. Segundo Costa (2004) a avaliação quanto fenômeno humano compõe a história de vida do próprio homem. Desde os tempos primitivos certas tribos indígenas submetiam seus membros à provas referentes aos seus costumes. Os jovens só eram considerados adultos após serem aprovados nesses rituais (SOEIRO; AVELINE, 1982 *apud* LANNES; VELOSO, 2007).

Da mesma forma, chineses e gregos criaram sistemas e estratégias que os permitiam selecionar indivíduos para assumir cargos e trabalhos, bem como alcançar postos de prestígio e poder mediante estes critérios. Já na Grécia antiga o pensar sobre si mesmo, se auto-avaliando foi sugerido por Sócrates como forma de se chegar a realidade “Conhece-te a ti mesmo” dizia (SOEIRO; AVELINE, 1982 *apud* LANNES; VELOSO, 2007).

Os exercícios orais como forma de avaliação foram introduzidos na Idade Média pelas universidades medievais, nas quais o principal objetivo era a formação de professores. Nestas eram muito comuns a leitura pública de livros e defesas de idéias na forma de tese para que os mestres recebessem o título de doutor (SOEIRO; AVELINE, 1982 *apud* LANNES; VELOSO, 2007).

A partir do século XVIII e mais ainda no século XIX a avaliação foi assumida fortemente atrelada a aplicação de exames, como forma de notação e controle, ideia que predomina ainda hoje. Essa noção surge no contexto de formação das primeiras escolas modernas com criação de bibliotecas e facilidade de acesso aos livros a toda a população (SOEIRO; AVELINE, 1982 *apud* LANNES; VELOSO, 2007).

Ao longo do século XIX o sistema de certificação por parte do Estado se multiplicava e o que se observava era a utilização frenética de exames e diplomação. Nos Estados Unidos a ideia de avaliação era tão atrelada à ideia de exame que foram criadas associações e comitês para o desenvolvimento de testes padronizados. O processo avaliativo possuía um caráter exclusivamente instrumental (MIRANDA, 1982).

Nessa perspectiva o americano Horace Mann propôs a experimentação de um sistema uniforme de exames em uma amostra selecionada de estudantes das escolas públicas de Boston. Horace sugeriu que houvesse a substituição dos exames orais por exames escritos; a utilização de poucas questões gerais, em vez de um número maior de questões específicas; e a busca por padrões mais objetivos do alcance escolar (MIRANDA, 1982).

Como uma crítica aos métodos tradicionais utilizados com fins de seleção nos exames e nos concursos, surge na França a docimologia, ciência dos estudos sistemáticos dos exames, dos sistemas de atribuições de notas e dos comportamentos dos examinadores e examinados. Esta teve como ponto de partida os estudos de H. Piéron, Mme. Piéron, e H. Laugier em 1922 na França (MIRANDA, 1982).

Muitos estudos desta época evidenciaram instabilidades nas avaliações enquanto comportamento dos sujeitos. Foram verificadas imprecisão e discrepâncias em correções de testes, como por exemplo, notas dadas à mesma prova pelo mesmo examinador em ocasiões diferentes, discrepâncias quanto às percentagens de admissões verificadas em diferentes júris de concurso e dispersão das notas atribuídas por esse mesmo júri (MIRANDA, 1982).

Foram verificadas ainda questões comportamentais relativas aos avaliados como discrepância quanto às notas do mesmo aluno em uma mesma disciplina na escrita e na oral e em dias diferentes. A partir destas observações foram organizadas diversas conferências para discussão do tema e foi criada uma comissão permanente para discussão do problema (MIRANDA, 1982).

O estudo da decimologia pautou-se em duas grandes frentes: a clássica que buscava aperfeiçoar as técnicas de construção dos instrumentos de avaliação e de análise dos resultados; e a experimental que focava na avaliação como comportamento ao investigar os mecanismos que integravam as decisões avaliativas dos avaliadores e avaliados (DIAS, 2002).

A docimologia ganhou espaço e colocou em foco as questões avaliativas de forma que vários encontros, conferências nacionais e internacionais foram realizadas e resultou em importantes publicações e na criação de uma comissão permanente para o estudo das questões levantadas (DIAS, 2002).

Por volta de 1934 Ralph Tyler propôs um enfoque diferente a avaliação, o de verificar o alcance dos objetivos. Para isto o autor defendia adotar diferentes instrumentos como testes, escalas de atitude, inventários, questionários, ficha de registro de comportamento e outras formas que servissem de evidência sobre o rendimento dos alunos em uma perspectiva longitudinal (DIAS, 2002).

Taylor teve importante contribuição ao estudo de avaliações por evidenciar a complexidade do estudo e do ato avaliativo. Ele chama atenção para três variáveis básicas no estudo da avaliação: o estudante, a sociedade e a área de estudo a ser desenvolvida (DIAS, 2002).

Outros importantes colaboradores para estudos relacionados ao processo avaliativo são Robert F. Mager (1977) e Benjamim S. Bloom (1972) que apresentam em comum a

valorização à importância da formulação de objetivos para fins avaliativos, permitindo ao professor determinar o que será avaliado em termos de comportamentos, conhecimentos, capacidades, interesses, ou até mesmo habilidades (HONÓRIO; CARVALHO, 2002).

Em sua pesquisa Mager (1977) considerou uma avaliação que procura verificar o interesse prévio e posterior dos alunos ao final da disciplina e o que se deve melhorar na ação pedagógica. Considera importante a operacionalização dos objetivos para verificar o êxito do ensino, através da avaliação (HONÓRIO; CARVALHO, 2002).

Já Bloom (1972) aborda a avaliação de forma mais ampla, defendendo que todo indivíduo é capaz de aprender, desde que se respeite seu próprio ritmo e ainda que a avaliação deva ser contínua durante a vida do indivíduo. A fim de verificar o nível de aprendizagem foi criada a taxionomia com objetivos educacionais, para o domínio de operações cognitivas, afetivas e psicomotoras (HONÓRIO; CARVALHO, 2002).

Em 1980, em decorrência do neoliberalismo e a crise econômica, tanto nos EUA quanto na Inglaterra, o governo assume uma frente fiscalizadora e controladora. No âmbito educacional atribui-se ao professor, responsabilidades sobre as dificuldades políticas, administrativas e insucesso econômico. Neste ponto, se requer das universidades caráter competitivo “como se fossem empresas ou organizações”. Desta forma, chegou-se a conformação que se tem hoje, fortemente atrelada ao método quantitativo e incentivador do caráter competitivo (DIAS, 2002).

2 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Muito além de uma mera formalidade, a avaliação é o meio pelo qual os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto, do professor e dos alunos, são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e, também, de reorientar o trabalho docente (BARBOSA, 2008).

De acordo com o papel que a avaliação desempenha no processo ensino-aprendizagem, da finalidade e do momento de sua aplicação ela pode ser classificada em três diferentes modalidades: diagnóstica, formativa e somativa (ALVES, 2008).

A modalidade diagnóstica efetua a função de diagnóstico, de verificação inicial dos conhecimentos empíricos ou de algum aspecto da aprendizagem. A partir desta é possível identificar conceitos, fatos, habilidades e atitudes que necessitem de intervenção pedagógica, bem como ajustar seu planejamento e orientar práticas educativas (TOZATO, 2014).

A avaliação formativa possui um papel de controle, de averiguação que se dá ao longo do processo de ensino, buscando checar o cumprimento de objetivos e os resultados alcançados. Ela informa aos alunos suas deficiências e habilidades, bem como orienta o professor sobre a busca de novas metodologias, possibilitando reformulações no trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo (ALVES, 2008).

Essa modalidade tem como ponto chave a avaliação ao longo de um processo, no decorrer das atividades escolares e não ao final deste. E mais do que isso, reforça aos alunos a noção de ensino visando à aprendizagem e a correção e não visando um determinado valor ou medida, desmitificando assim o ato avaliativo (ALVES, 2008).

A avaliação somativa possui a função de classificação, ou seja, determinar o grau de domínio de um aluno de um determinado conteúdo e classificá-lo a partir desta. É utilizada ao fim de um processo escolar, visando à qualificação e promoção a partir de critérios pré-estabelecidos (TOZATO, 2014).

Constitui-se em um momento terminal de avaliação que busca averiguar de forma definitiva o aprendizado. Para isso o avaliador pode utilizar-se do resultado de todos os outros processos avaliativos e conferir um parecer final. Desta forma percebe-se que cada uma das modalidades avaliativas possui características distintas e se complementam ao longo do processo de ensino-aprendizagem (ALVES, 2008).

3 A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL SISTÊMICA NO BRASIL

No Brasil, o interesse sistêmico em avaliar o setor educacional como um todo se deu a partir da década de 30, sendo formulado um sistema nacional de avaliação a partir da década de 80 e efetivamente adotado um sistema a partir de meados da década de 90 com o SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica (COELHO, 2008).

Vale ressaltar que os instrumentos avaliadores sistêmicos brasileiros surgiram por recomendações de organismos internacionais visando superar a crise de eficiência e produtividade do sistema educacional brasileiro, tendo, no entanto como pano de fundo o suposto desencontro entre o sistema educacional e as necessidades do mercado de trabalho até então existentes (COELHO, 2008).

Atualmente, além do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB, são adotadas a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB, para avaliar a qualidade do ensino fundamental; o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM e o Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos/ENCCEJA para avaliar o ensino em

nível médio; o Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior/ENADE e o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES para avaliar a qualidade do ensino em nível superior; e a Avaliação da Pós-Graduação da CAPES para avaliar a qualidade do ensino em nível de mestrado e doutorado (CASTRO, 2009).

Além destas, vários estados e municípios também possuem instrumentos regionais de avaliação da aprendizagem. Isso mostra uma busca crescente da institucionalização da avaliação, monitoramento da aplicação de recursos e efetivação de projetos destinados à melhoria do ensino, bem como a busca por transparência e aprimoramento de ações educacionais (CASTRO, 2009).

4 EXAMES NACIONAIS E VESTIBULARES

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído através da portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, pelo Ministério da Educação, atendendo a uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Possui o objetivo de “avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade” (BRASIL, 2014).

Entre os anos de 1998 e 2008 as provas eram estruturadas a partir de uma matriz de 21 habilidades. A partir de 2009 as provas objetivas passaram a ser estruturadas em quatro matrizes: Linguagens, códigos e suas tecnologias (abrange o conteúdo de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Literatura, Artes, Educação Física e Tecnologias da Informação); Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias (abrange os conteúdos de Química, Física e Biologia); Ciências Humanas e suas tecnologias (abrange os conteúdos de Geografia, História, Filosofia, Sociologia e conhecimentos gerais) (ANDRIOLA, 2011). Apesar das modificações foram mantidas as 21 habilidades.

Também no ano de 2009 o Enem passa a ser utilizado como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior, inclusive em instituições federais. Mediante tantas modificações, no ano de 2010 é instituída uma nova portaria pelo Ministério da Educação relativa ao chamado Novo ENEM, possibilitando a mobilidade acadêmica, e induzindo a reestruturação dos currículos do Ensino Médio (ANDRIOLA, 2011).

Diversos autores salientam sobre as vantagens do ENEM sobre os processos vestibulares. A principal vantagem seria que os vestibulares valorizam o acúmulo de conhecimentos, enquanto que o ENEM, baseado na avaliação de habilidades e competências favorece o pensamento crítico, através de perguntas contextualizadas (ANDRIOLA, 2011).

Outras vantagens seriam a centralização de diversos processos seletivos para o ensino superior em apenas um, o que beneficia os indivíduos mais desfavorecidos economicamente e por ter caráter nacional iguala as chances dos indivíduos de todos os lugares do Brasil (ANDRIOLA, 2011).

No entanto esta mesma característica pode ser interpretada como desvantagem. O exame por possuir caráter nacional desconsidera as diferenças regionais, culturais, a individualidade dos alunos e a realidade de cada um, sobretudo em um país tão amplo e diverso como o Brasil (SAMPAIO, 2012).

Importa neste estudo que consideremos a influencia do ENEM sobre a prática docente. O estudo de Santos (2014) se aprofunda nesta questão e revela como este exame tem interferido na estrutura da educação e na prática pedagógica dos professores. Muitas instituições de ensino resistentes a perspectivas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como a formação por competências, a interdisciplinaridade e outros, passam entender melhor os PCN através das provas do ENEM (RICARDO; ZYLBERSZTAJN, 2002).

Desta forma, com o exame nacional ocorrem mudanças no currículo e na própria estrutura educacional. Em muitas instituições o foco passa a ser nas habilidades e competências cobradas no Enem, utilizando-se deste instrumento avaliativo como matriz de referência para planejamento escolar anual (SANTOS, 2014).

Segundo Santos (2014), antes do Enem tornar-se a principal forma de acesso à universidade, o planejamento do ano letivo, das atividades e tarefas em sala de aula eram pautadas principalmente no livro didático comercial. Hoje, muitos professores admitem a influência do Enem no planejamento disciplinar, na escolha dos conteúdos e na elaboração das avaliações, revisando “o que ensinar e como ensinar, com foco no Enem”.

Muitos professores têm encontrado dificuldade para se adequar a esta nova demanda. As principais queixas são de que há perda da identidade do professor e excesso de pressão por parte das instituições, pois a qualidade do docente é vista como proporcional a bons resultados dos alunos no exame (SANTOS, 2014).

Além disso, independente do planejamento e da avaliação realizada pelo professor, diversas escolas impõem a realização de atividades simuladas com base no Enem, a fim de “treinar” seus alunos. Quanto mais treinados, maiores as chances da obtenção de êxito dos alunos e da escola que se utiliza dos resultados para formação de *rankings* (estratégia de marketing para atrair novos alunos) (SANTOS, 2014).

Desta forma, embora grande parte dos docentes busquem fundamentar suas atividades nas concepções metodológicas do Enem, estes admitem que não se sentem preparados para

trabalhar com essas novas exigências, evidenciando a falta de formação adequada para desenvolverem uma prática pedagógica e avaliativa adequada (SANTOS, 2014).

5 PRINCIPAIS PROBLEMAS NA AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em uma perspectiva onde educar muitas vezes confunde-se com informar, a avaliação da aprendizagem assume um caráter classificatório, seletivo, competitivo e até mesmo repressor (MALAFAIA, 2010). Por vezes baseado em exames e desconsiderando o conhecimento prévio do aluno esse tipo de avaliação pode ser muito prejudicial.

Segundo Camargo (1997), a avaliação escolar exerce o papel (e poder) de mediação da produção do conhecimento, podendo atuar como facilitadora, ou como bloqueadora, conforme a trama de interesse a que serve. Segundo Demo (1995), para que a avaliação seja um instrumento benéfico, é basal que o avaliado entenda como se dá o processo avaliativo, precisa estar esclarecido sobre os critérios de avaliação, que pressupostos teóricos e práticas estão em jogo.

Quando não se discute com os alunos os objetivos da avaliação e não se situa o aluno quanto a seu desenvolvimento ao longo deste processo, a avaliação reduz-se a mensuração e perde o potencial de aprimoramento, de abertura de novas possibilidades e descobertas (BRITO; LORDELO, 2009).

Ainda sob essa perspectiva, Camargo (1997) faz um importante apontamento quando diz que uma tendência das escolas atuais é a supervalorização de provas, de cálculos das notas, estatísticas e das médias para a aprovação. Estes acontecem independentemente do processo ensino-aprendizagem, chegando mesmo a subordinar este último.

Outro ponto importante é discutido por Camargo (1997) em um estudo que considera os relatos de estudantes de graduação. A avaliação, muitas vezes, vem “descolada” do ensino, deixando de ser um processo contínuo e adquirindo um caráter individual em dois momentos inconciliáveis. Como resultado a avaliação afasta os professores dos alunos e vice-versa, e impede as necessárias retomadas e reorientações do processo ensino-aprendizagem (CAMARGO, 1997).

Os momentos que antecedem uma avaliação formal seguem o princípio do *quadriculamento* esclarecida por Foucault (1994) que se inspira na cela dos conventos e na vida dos quartéis. Atitudes como o enfileiramento, a imobilidade, a posição ocupada do primeiro ao último lugar na fila das carteiras, as filas dos fracos e dos fortes, o remanejamento

de classes conforme o aproveitamento escolar evidenciam o controle exercido na escola sobre os alunos pelos profissionais que detêm autoridade (CAMARGO, 1997).

A rapidez também é muito valorizada e exaltada pela escola formal e avaliação formal. As normas temporais objetivam "acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude" (FOUCAULT, 1994). O aluno ao iniciar sua avaliação sabe que possui determinado tempo para realização da tarefa e todo o aprendizado até então adquirido reduz-se aqueles preciosos minutos.

Em seu estudo Camargo (1997) aponta como um dos sérios problemas avaliativos o uso de questionários previamente respondidos para serem memorizados e reproduzidos no papel de prova. Nesse caso não se exige do aluno a formação de um pensamento crítico sobre determinado assunto, apenas espera-se encontrar a repetição acrítica de um conteúdo.

Os alunos se acostumam a uma relação passiva com o saber e neutra perante os fatos que passam a fazer parte de seu repertório operativo, dificultando sua aprendizagem efetiva e contribuindo para a formação alienante do aluno. Os alunos por vezes se sentem frustrados quanto ao próprio projeto escolar e direcionam a sua indignação ao processo avaliativo, porém, submetem-se a fim de sobreviver escolarmente (CAMARGO, 1997).

Todo esse "ritual avaliativo" exerce uma ação bloqueadora sobre a aprendizagem e o processo de conhecimento do aluno (CAMARGO, 1997). A intimidação do momento muitas vezes resultam no tão conhecido e relatado "branco".

Como se já não bastasse todo esse processo, Camargo (1997) aponta que não necessariamente o desempenho do aluno será proporcional a sua nota. Existe um processo intermediário o qual, os dados coletados dos alunos (formal ou informalmente), passam por um processo de seleção e elaboração que dá origem à emissão de juízos sobre o aproveitamento do aluno e respectiva qualificação.

Ou seja, os dados obtidos nesse itinerário não só são de certa forma "contaminados", dada a natureza interativa da avaliação, como também se compõem de ponderações feitas pelo professor de forma singular, de acordo com suas particulares teorias. Esse processo rotineiro e muitas vezes imperceptível ao avaliador constitui a essência da avaliação e sua consequência possui importância decisiva tanto social quanto pessoal e escolar (CAMARGO, 1997).

Além de uma nota baixa todo esse "ritual" avaliativo baseado em exames estratégicos levam à baixa auto-estima dos alunos, indispondo-os futuramente ao estudo, às aprendizagens, à privação do exercício intelectual, à falta de domínio ou o bloqueio em determinado conteúdo, como repercussões da experiência negativa que tiveram em avaliação (CAMARGO, 1997).

Do ponto de vista social, uma avaliação pautada na competição e hierarquização de notas leva a indisposição dos alunos entre si, o afastamento dos relacionamentos e do convívio com os colegas causando sérios malefícios para a sua vida futura e produtiva. Acrescente-se a isso a formação de medos, bloqueios e sentimentos de frustração presentes na vida adulta (CAMARGO, 1997).

Além disso, Kraemer (2005) e Lima (1995) apontam que a consequência direta e talvez a mais grave de uma inadequada prática avaliativa e do não aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem é a repetência do aluno. É claro que o fracasso escolar é um fenômeno complexo causado por fatores que vão desde os intra aos extra-escolares. No entanto, se o processo de ensino-aprendizagem falha – evidenciado nos instrumentos de avaliação – na maioria das vezes culpa-se o aluno, deixando-se de analisar possíveis falhas no processo de ensino e na prática avaliativa (BORUCHOVITCH, 1999).

Mais grave do que a repetência é a evasão escola que se dá por consequência da primeira. Para Boruchovitch (1999), a repetência – sobretudo quando se dá de forma consecutiva - leva o indivíduo a um profundo sentimento de desesperança que culmina na evasão. Desta forma, é muito importante que o professor tenha consciência do poder decisivo de sua prática na vida de um aluno e que reflita sobre sua atuação (BORUCHOVITCH, 1999).

6 AVALIAÇÃO DE ALUNOS INCLUÍDOS: UM NOVO DESAFIO

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão refere-se a todas as crianças ou jovens que em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem possuem necessidades educacionais especiais, seja qual for a origem de sua limitação (condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras).

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais (deficiências físicas, mentais e sociais; altas habilidades/superdotação; transtornos globais do desenvolvimento) ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus (MRECH, 1998). A lei educacional brasileira respalda de diversas formas o acesso à educação a esses alunos.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) garante, no artigo 37, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho (...). Em 2001 foram aprovadas a Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b) que reuni diversas

normas para atendimento da população que apresenta necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino e educação.

O Conselho Nacional de Educação através da resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 estabelece através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2012), que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

No entanto, o que se observa é que grande parte dos professores não se sentem preparados para trabalhar com esses alunos (NAUJORKS, 2002; CORDEIRO et. al. 2012). As principais queixas são de que não se sentem suficientemente familiarizados, sentem-se sobrecarregados, pois além do trabalho com a turma devem trabalhar de formas alternativas com estes alunos, além da não disposição de recursos materiais, didáticos e instalações apropriadas para cumprir com essa responsabilidade.

Quando se trata da avaliação dos alunos com necessidades especiais, os professores encontram outros desafios: utilizar-se ou não de avaliações diferenciadas e como avaliar de forma diferenciada, são perguntas constantes para professores que trabalham com esses alunos. Na prática, o que muitos fazem é utilizar-se da mesma avaliação para todos os alunos, porém, analisam a realidade e diferença destes alunos e emitem juízos diferenciados a respeito destes (CORDEIRO et. al. 2012).

Alguns professores reconhecem a necessidade de utilizar-se de processo avaliativo qualitativo nestes casos, porém, as próprias instituições de ensino cobram um registro numérico da nota desses alunos, o que novamente leva o professor a emitir juízos a respeito do aluno e transformar esse juízo empírico em registro numérico (CORDEIRO, 2012).

7 FORMAÇÃO DOCENTE E AVALIAÇÃO SOB A ÓTICA DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2012) incluindo aí as licenciaturas, abordam diversas vezes a temática avaliativa. No entanto, antes de tratarmos das incumbências do profissional docente, é importante que se ressalte uma das vertentes que o documento aponta: o profissionalismo.

Segundo o documento, o futuro professor deve ser formado não apenas com vistas ao domínio dos conhecimentos específicos em torno de sua prática, mas, também, compreensão

das questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões e responsabilidade pelas opções feitas (BRASIL, 2012).

Requer ainda, que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade (BRASIL, 2012). O “avaliar criticamente a própria atuação” é muito importante, pois segundo Demo (1995), o professor deve ser crítico em relação a sua prática, deve se auto-avaliar, para que apenas posteriormente possa avaliar o outro.

Quanto aos conhecimentos pedagógicos que o profissional docente deve dominar ao final de sua formação o documento aponta para diferentes concepções sobre temas próprios da docência, dentre eles, currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, contrato didático, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, consideração de suas especificidades, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros (BRASIL, 2012).

Desta forma, uma das competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico é a utilização de estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e formulação de propostas de intervenção pedagógica a partir de seus resultados, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos (BRASIL, 2012).

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2012), no artigo 3º, considera-se como um dos princípios norteadores do preparo para o exercício profissional a coerência na formação oferecida e a prática esperada do futuro professor. Desta forma, se uma das atribuições do professor consiste em avaliar, constitui-se atribuição da instituição de ensino superior habilitar o graduando em licenciatura a avaliar.

8 JUSTIFICATIVA

As avaliações hoje possuem um papel central na vida do estudante. Muito além de uma medida, ou de uma nota no boletim, estas passaram a ter um caráter decisivo e determinante, por exemplo, no ingresso à universidade. Foi instaurado um sistema objetivo em avaliações de grande peso do ensino fundamental (Prova Brasil) ao médio (Exame Nacional do Ensino Médio e Vestibular).

Neste cenário, um bom professor seria aquele que ensina e avalia de forma abrangente. Por outro lado, esse professor não deve prejudicar seus alunos por abster-se de uma avaliação

formal baseada em exames, pois este tipo de pressão ocorrerá ao prestar um concurso ou uma prova de vestibular.

Embora já tenha havido muita discussão teórica a respeito da avaliação, sendo inclusive relacionada a este processo quatro gerações a partir do início do século XX, alguns fantasmas ainda persistem (KRAEMER, 2005), sobretudo quando se transpõe a teoria para a rotina avaliativa em sala de aula.

Nesta perspectiva, os instrumentos de avaliação só melhoram se forem usados e por consequência criticados. Se as nossas metas são educação e transformação, não nos resta alternativa senão pensar uma nova forma de avaliação (DEMO, 1995). Romper paradigmas, mudar nossa concepção, mudar a prática, é construir uma nova escola (KRAEMER, 2005).

A justificativa do presente estudo se dá pela importância que implica o ato de avaliar, exigindo do avaliador uma postura neutra, receptiva, concreta e consciente, que se feita de forma equivocada tem o poder de rotular, discriminar e até mesmo excluir um cidadão da sociedade (GADOTTI, 1997). Desta forma é importante que dediquemos esforços no sentido de rever a formação dos docentes para o mercado de trabalho e qualificá-los em todas as atribuições que sua prática exige.

9 OBJETIVOS

9.1 Objetivo Geral

O estudo visa investigar como (e se) a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) prepara os licenciandos do curso de Ciências Biológicas para que eles se tornem capazes de avaliar de forma coerente.

9.2 Objetivos Específicos

- Verificar junto ao grupo de estudo;
 - aspectos empíricos da avaliação da aprendizagem como a finalidade e os principais critérios que utilizaria neste processo;
 - sobre a necessidade ou não de utilização de critérios diferenciados para avaliação de alunos incluídos;

- Verificar junto aos indivíduos com experiência avaliativa como professor;

- questões relativas à autonomia avaliativa, bem como sua avaliação por parte da instituição onde trabalha;
 - se há insatisfação por parte dos seus alunos relacionados à escolha de seus critérios avaliativos;
 - de onde provém o saber avaliativo que detém;
- Verificar junto ao currículo e ementas das disciplinas do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro a presença de disciplinas vinculadas à avaliação da aprendizagem.

10 MATERIAIS E MÉTODO

A metodologia adotada neste estudo é definida como transversal descritivo quali-quantitativo. Nas pesquisas classificadas neste perfil, as medições são feitas em um único momento, sem período de acompanhamento. São utilizadas técnicas padronizadas de coleta de dados, como os questionários, a fim de descrever fatos ou fenômenos, levantar opiniões e atitudes do grupo de estudo (TOLENTINO, 2010).

Esta metodologia possui caráter quantitativo, pois os dados coletados são representados estatisticamente, conferindo a pesquisa precisão dos resultados e impossibilidade de interferências. Ao mesmo tempo se utiliza neste estudo a abordagem qualitativa, pois buscamos não apenas reunir resultados, mas também compreender e interpretar o fenômeno observado (TOLENTINO, 2010). A combinação das vertentes quantitativas e qualitativas enriquece a compreensão de eventos e fatos, pois, “o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa foi realizada do período de setembro de 2013 a janeiro de 2014 e os sujeitos da pesquisa são licenciandos em ciências biológicas (ou dupla habilitação) a partir do sétimo período do curso, sendo todos graduandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Também fizeram parte da pesquisa graduandos com no máximo 1 ano de formação da graduação em biologia ou dupla habilitação da mesma universidade. Participaram do estudo 35 indivíduos no total, do qual 29 são alunos ativos no curso e 6 são indivíduos já graduados (quadro 1).

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

PERFIL DOS ENTREVISTADOS				
Total	Graduandos	Graduados	Idade	Sexo
35	29	6	20-50	23 Feminino 12 Masculino

Os sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos principais onde “P1” refere-se ao grupo de indivíduos que não considera ter tido nenhum tipo de experiência avaliativa como professor e “P2” refere-se aos indivíduos que afirmam já haverem tido alguma experiência avaliativa como professor, seja graduando ou graduado (quadro 2).

Quadro 2 - Sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	
P1	P2
Não possuem experiência avaliativa	Possuem experiência avaliativa
22 indivíduos	13 indivíduos

Legenda: P1 refere-se aos indivíduos sem experiência avaliativa e P2 refere-se aos indivíduos com experiência avaliativa.

10.1 Questionário

Neste trabalho foi utilizado um questionário semi-estruturado com o objetivo de identificar as concepções dos indivíduos sobre avaliação, bem como para diagnosticar as ideias dos alunos a respeito dos principais critérios avaliativos adotados em sala de aula.

O questionário foi dividido em duas partes, sendo a primeira direcionada a todos os sujeitos da pesquisa (P1 e P2) e a segunda direcionada apenas aos indivíduos que já possuem alguma experiência avaliativa como professor (P2). Em ambos os casos haviam perguntas de caráter objetivo (questões fechadas) e perguntas de caráter argumentativo (questões abertas) do qual as respostas foram tabuladas e organizadas em gráficos. O questionário proposto encontra-se no apêndice deste trabalho.

Na primeira parte do questionário são propostas questões de cunho teórico sobre a finalidade do ato avaliativo, os critérios que segundo os sujeitos da pesquisa deveriam ser

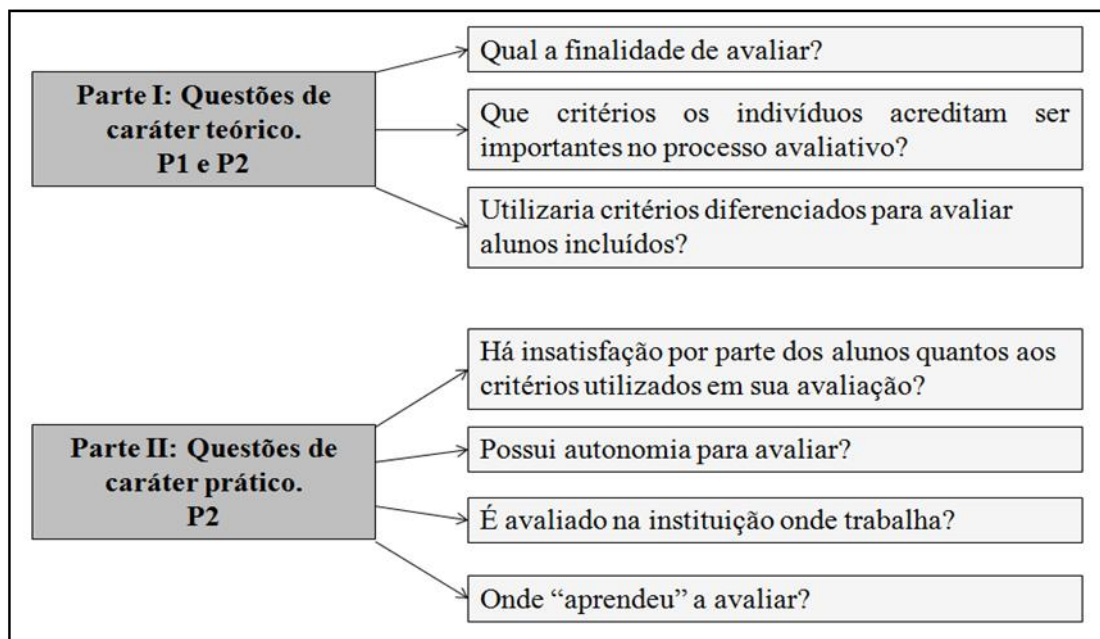
levados em consideração na prática avaliativa e se considera a utilização de avaliação alternativas para alunos incluídos (figura1).

Para a primeira e segunda perguntas (finalidade do ato avaliativo e critérios que devem ser considerados no ato avaliativo) são listadas diversas opções (apêndice 1), elaboradas a partir percepção da autora e leitura de documentos de importantes autores sobre a temática avaliativa como Hoffmann (1991), Zabala (1998), Perrenoud (1999), Luckesi (2002) e outros.

A essas perguntas os entrevistados deveriam atribuir notas de 0 à 2, em uma adaptação da escala Likert, de acordo com o seu grau de importância neste processo: 0 – não é uma finalidade ou não acredita ser importante; 1 – considero uma finalidade ou acredita ser importante; 2 – finalidade principal ou acredita ser muito importante.

Na segunda parte do questionário as questões possuem caráter prático, levando em consideração a experiência e vivência do entrevistado. São abordadas questões relativas à satisfação dos alunos mediante ao modelo de prova aplicado pelo sujeito entrevistado, a autonomia para avaliar, se o docente também é avaliado na instituição onde atua e onde considera ser a origem do seu saber avaliativo (figura 1).

Figura 1 - Estrutura do questionário



Legenda: Parte I – questões de caráter teórico e com participação de todos os entrevistados P1 e P2; Parte II – questões de caráter prático e com participação apenas dos indivíduos que consideram já possuir alguma experiência avaliativa P2.

10.2 Análise de versões curriculares

Neste estudo foram também verificados os currículos do curso de licenciatura em ciências biológicas da universidade, buscando-se verificar disciplinas afins com o tema avaliativo. Foram encontradas e analisadas três versões curriculares para a licenciatura a partir do ano de 2006: versão 3/2006, versão 4/2010 e versão 6/2011 (em vigor).

As entrevistas aqui discutidas ocorreram no período de setembro de 2013 a janeiro de 2014 e nesta ocasião foram entrevistados apenas indivíduos que se encontravam cursando a partir do sétimo período da graduação em licenciatura ou indivíduos já formados. Desta forma, não se incluía em nosso grupo de estudo indivíduos cursando a versão curricular de 2011 (em vigor). No entanto ao final deste estudo faremos uma análise também desta versão curricular.

11 RESULTADOS E DISCUSSÃO

11.1 Finalidade e critérios utilizados na avaliação da aprendizagem

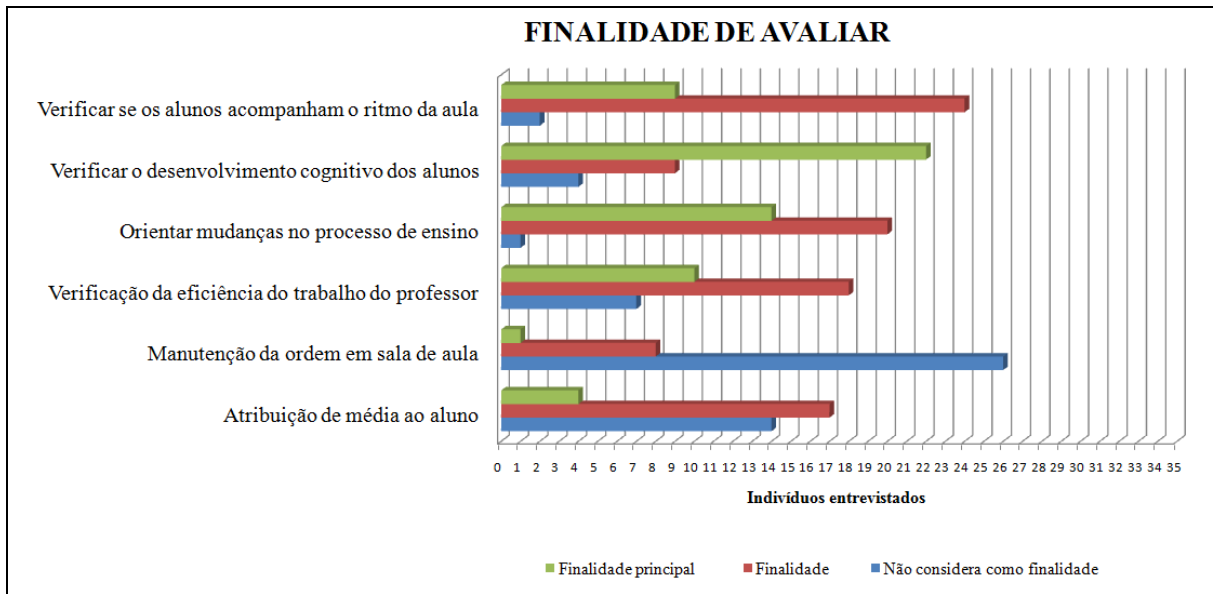
O primeiro parâmetro observado foi a finalidade do ato avaliativo segundo os entrevistados (P1 e P2) e seus resultados são apresentados no gráfico 1. A maior parte dos entrevistados (22 indivíduos, aproximadamente 63%) concorda que a finalidade principal do ato avaliativo seria de “verificar o desenvolvimento cognitivo dos alunos”, seguido por “orientar mudanças no processo de ensino” (14 indivíduos, correspondendo a 40% dos entrevistados).

O maior percentual obtido refere-se a “manutenção da ordem em sala de aula”, o qual 74,2% dos entrevistados (26 indivíduos) acreditam não ser uma finalidade dos objetos avaliativos. Seguido deste, temos a “atribuição de média ao aluno”, o qual 40% dos entrevistados (14 indivíduos) não consideram ser uma finalidade avaliativa.

No geral, todas as seis possíveis finalidades listadas – verificar o acompanhamento dos alunos ao ritmo da aula, verificar o desenvolvimento cognitivo dos alunos, orientar mudanças no processo de ensino, verificar a eficiência do trabalho do professor, manutenção da ordem em sala de aula e atribuição de média ao aluno - foram consideradas como sendo finalidade avaliativa por um ou mais indivíduos, mesmo não sendo a finalidade principal (gráfico 1).

É interessante notar que não há unanimidade no grau de importância em nenhuma das finalidades. Também não houve mudança significativa entre os grupos P1 e P2 na análise deste parâmetro.

Gráfico 1 - Finalidade do ato avaliativo de acordo com o grau de importância considerado pelos sujeitos da pesquisa



Legenda: Barras verdes correspondem a finalidade principal, barras vermelhas correspondem a finalidade e barras azuis correspondem a não finalidade.

Aquino (1997) ressalta que a finalidade do ato avaliativo está diretamente atrelada à concepção de educação adotada. O autor define o ato avaliativo como uma prática de investigação do processo educacional (finalidade diagnóstica) que visa elucidar informações e redirecionar a prática docente, apoiando decisões e intervenções no processo ensino aprendizagem. Observa ainda que finalidade por ele discorrida trata da concepção de educação “eminentemente educacional”, visa o sucesso no processo ensino-aprendizagem, não o sistema de classificação e seleção que tem se estabelecido hoje no ensino.

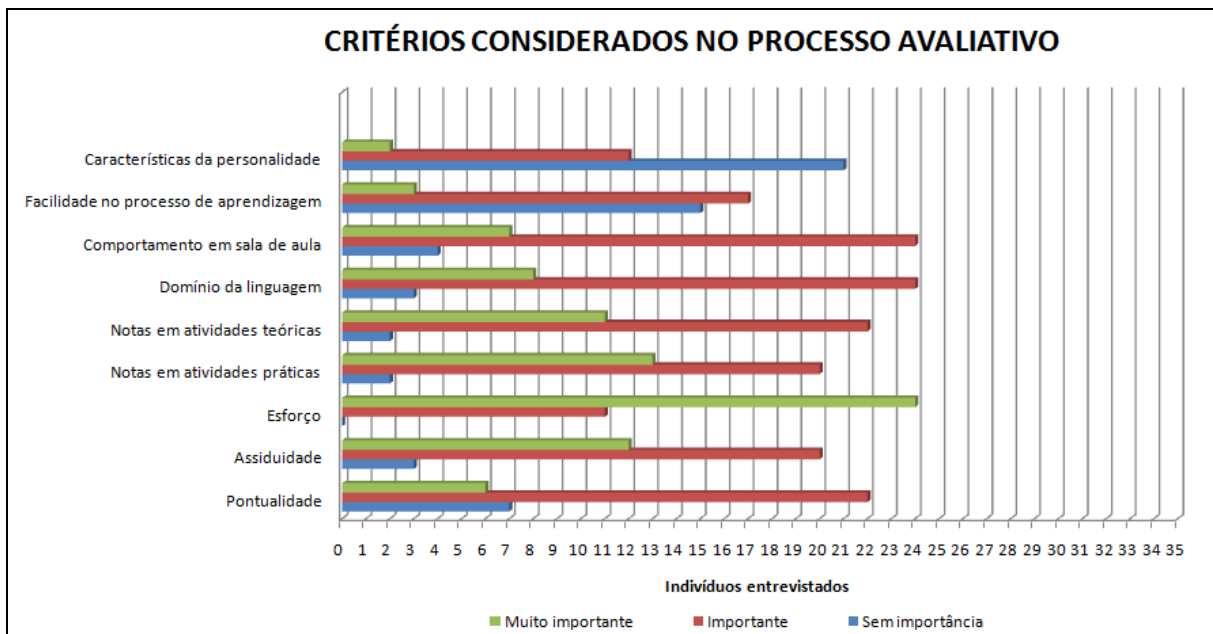
Notamos desta forma que o resultado encontrado nesta pesquisa corrobora com a concepção do autor, já que a verificação do desenvolvimento cognitivo do aluno possui caráter diagnóstico e visa posteriormente orientar mudanças no processo de ensino. Foi deixada à parte a concepção de educação classificatória, visto que a “atribuição de média ao aluno” foi em grande parte vista como não finalidade do processo avaliativo.

Outro parâmetro avaliado foram os critérios que devem ser considerados no processo avaliativo segundo os entrevistados (P1 e P2). Com base na análise dos resultados 68,5% ou

24 indivíduos acreditam que o esforço do aluno é o critério principal a ser levado em consideração durante o processo avaliativo. Segue-se a esse, notas em atividades práticas (13 indivíduos ou 37,1%), assiduidade (12 indivíduos ou 34,2%) e notas em atividades teóricas (11 indivíduos ou 31,4%) – gráfico 2.

Das opções listadas, 60% dos indivíduos (21) acreditam que as características da personalidade dos alunos não possuem importância no processo avaliativo, bem como a facilidade no processo de aprendizagem, concordam 42,8% dos indivíduos (15) – gráfico 2.

Gráfico 2 - Critérios considerados no ato avaliativo de acordo com o grau de importância considerado pelos sujeitos da pesquisa



Legenda: Barras verdes correspondem a critérios considerados muito importantes, barras vermelhas correspondem a critérios considerados importantes e barras azuis correspondem a critérios considerados sem importância.

No geral, todos os critérios listados foram considerados como sendo importantes por dois ou mais indivíduos, mesmo não sendo o critério mais importante (gráfico 2). Vale ressaltar que não houve unanimidade no grau de importância em nenhuma dos critérios listados.

Podemos observar que a percepção dos entrevistados quanto a esses critérios vai em concordância aos documentos educacionais e ao discurso de importantes autores. Perrenoud e Thurler (2002) argumentam que a avaliação deve ter caráter formativo baseado na análise do trabalho muito mais do que no sistema de notas e classificação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) assegura no artigo 24, parágrafo V que a verificação do rendimento escolar observará, dentre outros critérios, a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

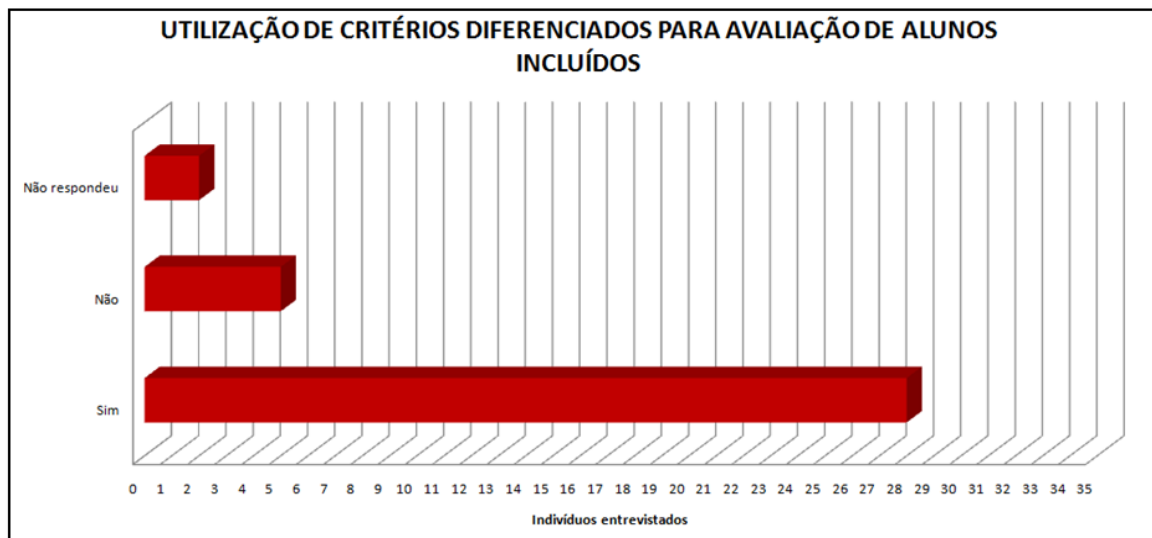
Perrenoud e Thurler (2002) também creditam maior importância às atividades práticas apontando que deve-se valorizar a transposição didática a partir de práticas, da observação e descrição apurada dessas atividades. Sobretudo no âmbito do ensino de ciências e biologia, a utilização de atividades práticas possui grande importância pois muitas vezes tratam-se de temas complexos e de alta abstração.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências da Natureza (BRASIL, 2000) incentivam a utilização de atividades práticas a fim de favorecer a aquisição de conhecimentos, possibilitando a investigação, a comunicação e o debate de fatos e ideias, através da observação, experimentação, comparação, estabelecimento de relações entre fatos ou fenômenos.

11.2 Avaliações de alunos incluídos (portadores de deficiência ou dificuldade de aprendizagem)

Outra questão abordada no presente estudo tange a avaliação de alunos incluídos. Os entrevistados foram indagados se fariam uso de critérios diferenciados para avaliar alunos incluídos. Dentre os entrevistados, 80% (28 indivíduos) concordam que devem ser utilizados critérios diferenciados para avaliar esses estudantes.

Gráfico 3 - Utilização de critérios diferenciados para avaliação de alunos incluídos de acordo com os entrevistados no estudo, P1 e P2



Quanto à indagação de que critérios seriam utilizados, grande parte justifica que isso deve ser feito de acordo com o tipo de necessidade do aluno em questão:

“Procuraria levar em consideração as necessidades especiais dos alunos incluídos e adaptar a forma de avaliação de acordo com a necessidade do aluno.”

“De acordo com a necessidade do aluno seria mais adequado utilizar uma avaliação específica.”

“Dependendo do “problema” ou distúrbio, a interpretação de imagens, esquemas ou avaliações orais.”

Alguns entrevistados citam situações diversas as quais utilizariam avaliações diferenciadas e critérios diferenciados:

“A definição desses critérios seria dependente do tipo de dificuldade ou limitação física que o aluno apresenta. Um aluno que apresentasse uma paralisia motora, que dificultasse ou mesmo impedisse a escrita não faria avaliações escritas. Dessa forma não levaria em conta o critério de domínio da linguagem, mas os demais critérios possivelmente utilizaria. Acrescentaria o critério da participação em sala de aula.”

“Depende do tipo de deficiência apresentada pelo aluno. Para alunos com retardo mental leve por exemplo, a avaliação feita poderia ser a mesma que a dos alunos sem deficiência, porém com um olhar apurado voltado para a dificuldade desses alunos.”

Quanto aos critérios específicos, pouco se fala sobre notas ou registros numéricos. Os critérios mais citados foram relacionamento com os colegas, comportamento, participação, interesse, assiduidade, pontualidade, dedicação, comprometimento e organização:

“Os critérios que utilizaria seria a assiduidade do aluno e sua pontualidade características que mostram o comprometimento e a dedicação que o estudante tem, além de atividades em grupo onde posso avaliar o grau de interação que cada aluno tem com os respectivos colegas de turma”.

“Avaliaria a participação e o interesse do aluno em sala de aula.”

“Interesse, preocupação com os colegas e espírito de equipe”.

“Comportamento e relacionamento com outros alunos nos trabalhos em grupo em sala de aula visto que uma das finalidades da escola é o inter-relacionamento pessoal, eu avaliaria a conduta do aluno com deficiência com outros alunos;...”

Alguns citam ainda tipos de atividades que realizariam em sala de aula com esses alunos:

“Atividades complementares como tarefas de casa e trabalhos para a sugestão de hipóteses para o esclarecimento de problemas e possíveis soluções.”

“Materiais visuais, modelos, jogos, esquemas e outras atividades que pudessem estimular o aluno”.

“Avaliação montando um projeto que envolvesse os temas abordados.”

“Além de avaliações do conteúdo na forma de provas e atividades, como trabalhos em grupo, debates, pesquisas; realizaria uma av. (avaliação) qualitativa referente ao comportamento, assiduidade, esforço e interesse do aluno.”

Por fim, alguns discursos reiteram que a avaliação diferenciada desses alunos devem envolver não apenas um momento específico, mas todo o desenvolvimento do aluno ao longo do ano letivo:

“O processo avaliativo deve ser contínuo ao longo de todo o ano letivo, não apenas com uma prova ou um teste.”

“Avaliaria também o processo de aprendizagem como um todo pois acredito importante analisar o avanço/crescimento desses alunos além das notas obtidas.”

Parte dos entrevistados entende o significado de aluno incluído, embora alguns em particular pareçam considerar neste grupo apenas indivíduos com deficiência e não com dificuldades de aprendizagem, com altas habilidades ou superdotados. Os sujeitos da pesquisa mostraram-se dispostos a utilizar critérios diferenciados em busca de uma avaliação justa a esses alunos. Os documentos curriculares nacionais asseguram esse direito ao estudante através da já citada lei n.9.394 - de 20 de dezembro de 1996 (LDB) (BRASIL, 1996), que coloca os critérios qualitativos acima dos quantitativos.

É importante que os futuros docentes situem-se frente a esta realidade, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) regulamenta a oferta educacional a esses alunos sempre que possível na rede regular de ensino. Esta lei estabelece que hajam professores com formação adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, mas também assegura que haja professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Alguns dos entrevistados discorrem que como critério diferenciado de avaliação voltada aos alunos incluídos, o processo avaliativo teria caráter contínuo, analisando o crescimento e evolução da aprendizagem. No entanto, como já citado e corroborado por autores como Perrenoud e Thurler (2002) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), esse tipo de avaliação devem ser realizada com todos os alunos e não ser direcionado apenas a alunos incluídos.

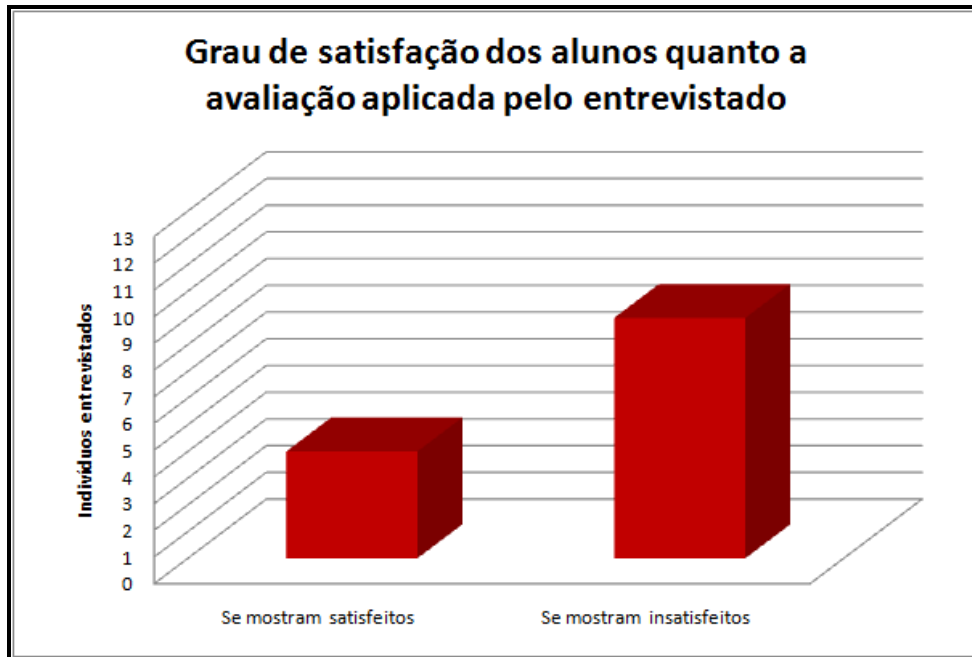
11.3 Questões acerca da prática avaliativa

A segunda parte deste estudo foi direcionada aos graduandos ou graduados que já possuem alguma experiência avaliativa como professor (P2). Este grupo é compreendido por 13 indivíduos que responderam as questões que se seguem.

Os indivíduos foram indagados quanto ao grau de satisfação de seus alunos a respeito de sua avaliação. Segundo 69,2% dos entrevistados (9 indivíduos) seus alunos se mostram insatisfeitos com a avaliação a qual são submetidos. Os outros 30,8% (4 indivíduos) relatam

que seus alunos mostram-se satisfeitos com o tipo de avaliação que lhes é aplicada (gráfico 4).

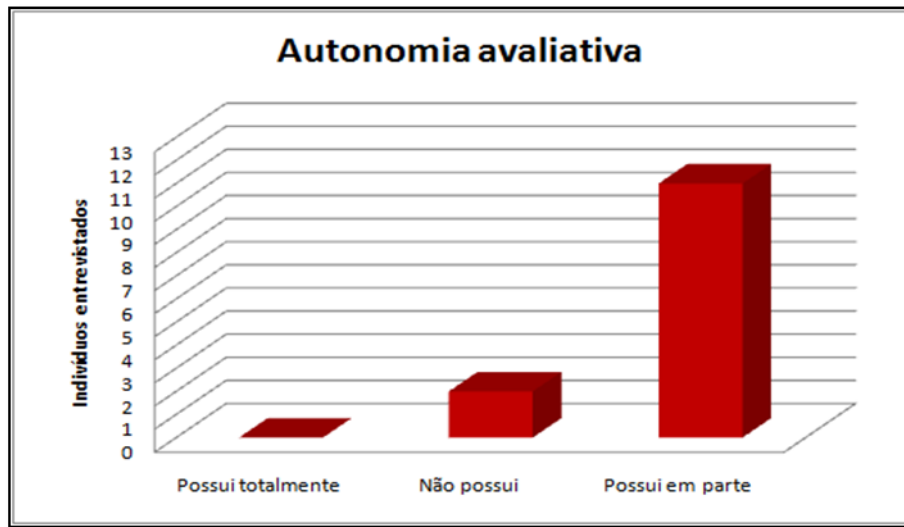
Gráfico 4 - Grau de satisfação dos alunos submetidos à avaliação dos entrevistados, com base em seus relatos



Legenda: Com base em relatos dos indivíduos entrevistados (P2), ilustra-se o alto grau de insatisfação dos alunos com relação a prova aplicada pelo próprio entrevistado.

Os sujeitos aqui entrevistados também foram questionados sobre a sua autonomia durante o planejamento e aplicação de suas avaliações. Nenhum dos indivíduos aqui entrevistados afirma possuir total autonomia para avaliar seus alunos. Dentre os entrevistados, 15,3% (2 indivíduos) afirmaram não possuir nenhuma autonomia e 84,6% (11 indivíduos) afirmam possuir autonomia limitada (gráfico 5).

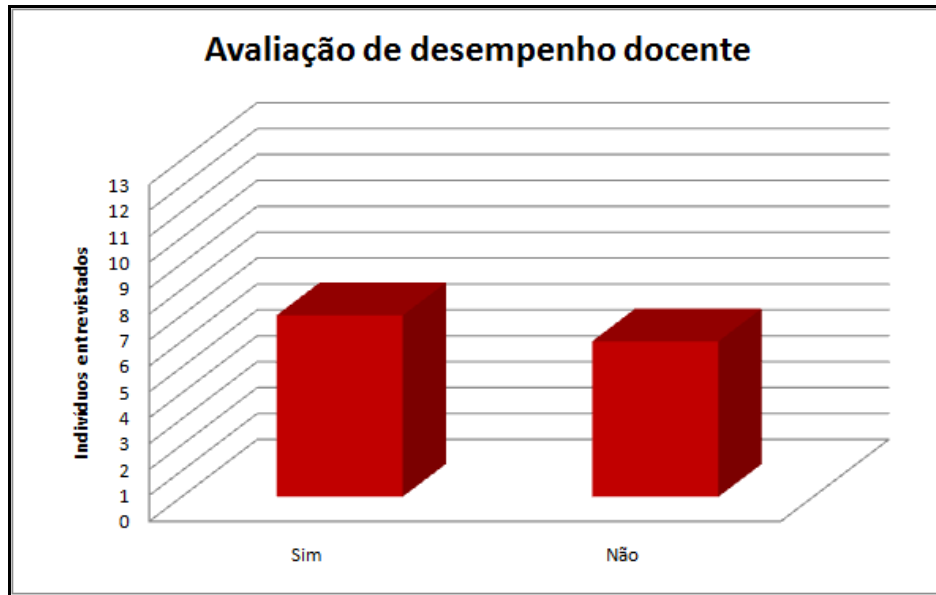
Gráfico 5 - Elucidação do grau de autonomia avaliativa dos entrevistados nas instituições onde trabalha.



Com base no gráfico 4 e 5 nota-se que embora uma parcela significativa dos entrevistados assumam que seus alunos não estão satisfeitos com a avaliação que aplicam em suas aulas, a própria escola não garante ao professor total autonomia avaliativa. Muitas vezes a instituição de ensino impõe ao docente um tipo específico de avaliação geralmente baseado em exames, tendo como base e justificativa os exames de avaliação sistêmica adotados na educação brasileira.

Também averiguamos neste estudo se os docentes entrevistados têm a sua prática avaliada de alguma forma. Nesse caso 46,1% (6) afirmaram que não e 53,8% (7) afirmaram que sim (gráfico 6). Os entrevistados afirmaram serem avaliados pela direção escolar através da checagem dos conteúdos trabalhados em aula, pontualidade, didática e até mesmo através do êxito dos alunos em avaliações. Outras instituições realizam ainda pesquisas junto aos alunos a fim de verificar o grau de satisfação dos mesmos em relação ao professor.

Gráfico 6 - Avaliação dos avaliadores



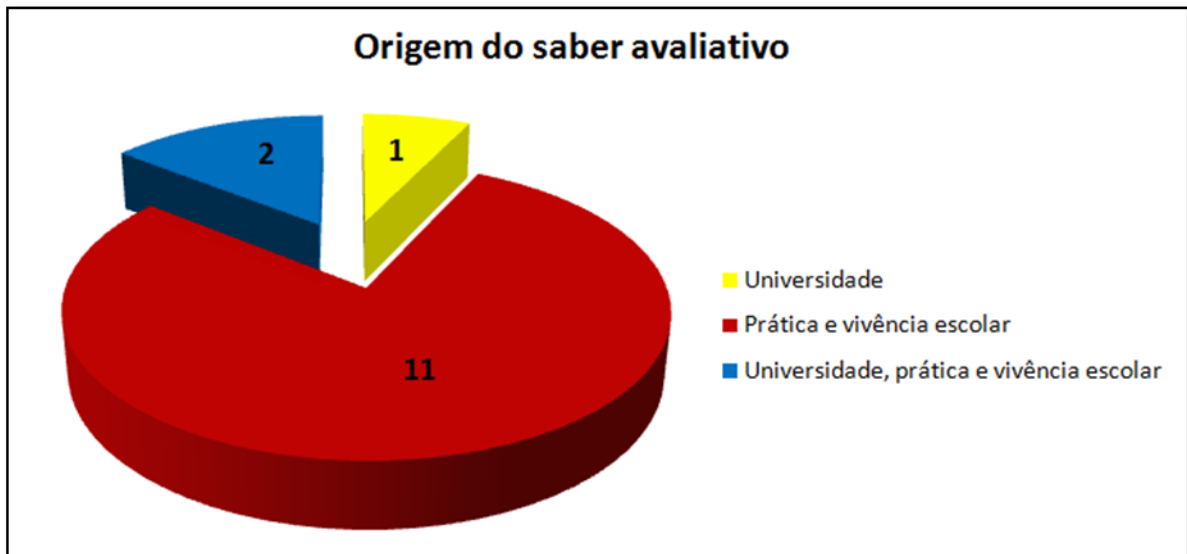
Legenda: Quanto à avaliação dos docentes por parte das instituições onde trabalham, pouco mais da metade admitiu ser avaliado de alguma forma.

O ato de o avaliador ser avaliado é muito positivo segundo Demo (1995) e ainda segundo ele, “só pode avaliar com autoridade quem é avaliado”. Nesse caso a avaliação visa otimizar o trabalho, reorientando, renovando já que “questionar é a alma do conhecimento, para poder melhor intervir” (Demo, 1995).

11.4 Origem do saber avaliativo

Por último os indivíduos foram questionados sobre a procedência do seu saber avaliativo, se este foi originário dos ensinamentos do curso de graduação, da própria prática avaliativa ou de ambas as partes. O resultado mostra que apenas 8% dos indivíduos (1) considera que seu saber avaliativo tenha vindo da universidade. 77% (11) consideram que este saber tenha vindo da prática e vivência escolar e 14% (2) consideram que este tenha vindo de ambas as partes.

Gráfico 7 - Proveniência do saber avaliativo segundo os entrevistados (P2)



Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica (BRASIL, 2012) no artigo 4º, na concepção, desenvolvimento e abrangência dos cursos de formação é fundamental que se considere o conjunto de competências necessárias a atuação profissional, bem como adotar essas competências como norteadoras da proposta pedagógica do curso de formação.

Haja vista que é uma das atribuições do trabalho docente avaliar, é dever do curso de formação preparar os futuros profissionais para esta prática. Desta forma, mediante as respostas de insatisfação dos sujeitos da pesquisa em relação à universidade, analisamos o currículo do instituto de formação superior em questão (UERJ) em busca de disciplinas que abordassem o tema avaliativo.

11.5 Avaliação da aprendizagem e currículo: A universidade ensina a avaliar?

O Curso de Ciências Biológicas da UERJ, Campus Maracanã, está sob a responsabilidade do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes (IBRAG). O currículo que rege o curso vem passando por um processo de reformulação, buscando atender na integralidade a legislação nacional que regimenta a profissão de Biólogo, bem como, atender as Diretrizes Nacionais do MEC para os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas (IBRAG, 2014).

Desde o ano de 2006 foram encontradas três versões curriculares diferentes para o curso de licenciatura: 2006, 2010 e 2011 (em vigor). Os indivíduos entrevistados neste estudo

são em sua maioria pertencentes ao currículo de 2006 (25 indivíduos), um (1) com currículo anterior a este período, nove (9) indivíduos com currículo da versão 2010 e nenhum (0) indivíduos da versão curricular 2011.

Os fluxogramas curriculares foram analisados em busca de disciplinas que pudessem atender à necessidade de conhecimento a cerca de avaliação da aprendizagem e a avaliação de alunos incluídos. Suas ementas foram investigadas a fim de confirmar a abordagem do tema avaliativo na disciplina em questão. Os fluxogramas das versões curriculares e ementas de todas as disciplinas aqui mencionadas constam no anexo deste estudo.

11.5.1 Versão curricular de 2006

No fluxograma analisado (figura 2) não foram encontradas disciplinas específicas voltadas para a prática avaliativa. No entanto, algumas disciplinas permitiriam a abordagem desse assunto de forma pouco aprofundada, como disciplinas de Didática geral, Ensino de Ciências e Ensino de Biologia, Prática Pedagógica em Educação Inclusiva, bem como estágios supervisionados.

Mediante a análise das ementas em questão foi encontrada na disciplina Didática Geral, com carga horária total de 60 horas, o planejamento de ensino e avaliação como um dos assuntos a serem abordados ao longo do período letivo.

Existem também no fluxograma do curso três disciplinas eletivas pedagógicas e uma disciplina prática de educação (figura 2). Nesse caso foi analisada a listagem de disciplinas oferecidas como eletivas pedagógica, contidas no site do Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes. Foi encontrada uma disciplina denominada Avaliação da Aprendizagem, com carga horária total de 30 horas, que tem por objetivo discutir criticamente os fundamentos e as práticas avaliativas das escolas de ensino. Esta é oferecida pela Faculdade de Educação.

Quanto às disciplinas práticas de educação, foram encontradas duas opções relativas ao tema avaliativo, ambas oferecidas pela Faculdade de Educação, o qual o graduando deverá optar por uma entre as seguintes: “Práticas Pedagógicas em Avaliação da Aprendizagem” e “Práticas Pedagógicas em aprendizagem: Realizar o construtivismo no cotidiano da escola”.

A disciplina Práticas Pedagógicas em Avaliação da Aprendizagem possui carga horária total de 30 horas, sendo 2 horas de prática e tem por objetivos: Distinguir medida de avaliação, estabelecendo a relação entre medida e objetivos educacionais; Caracterizar diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem; Elaborar itens de provas, evidenciando

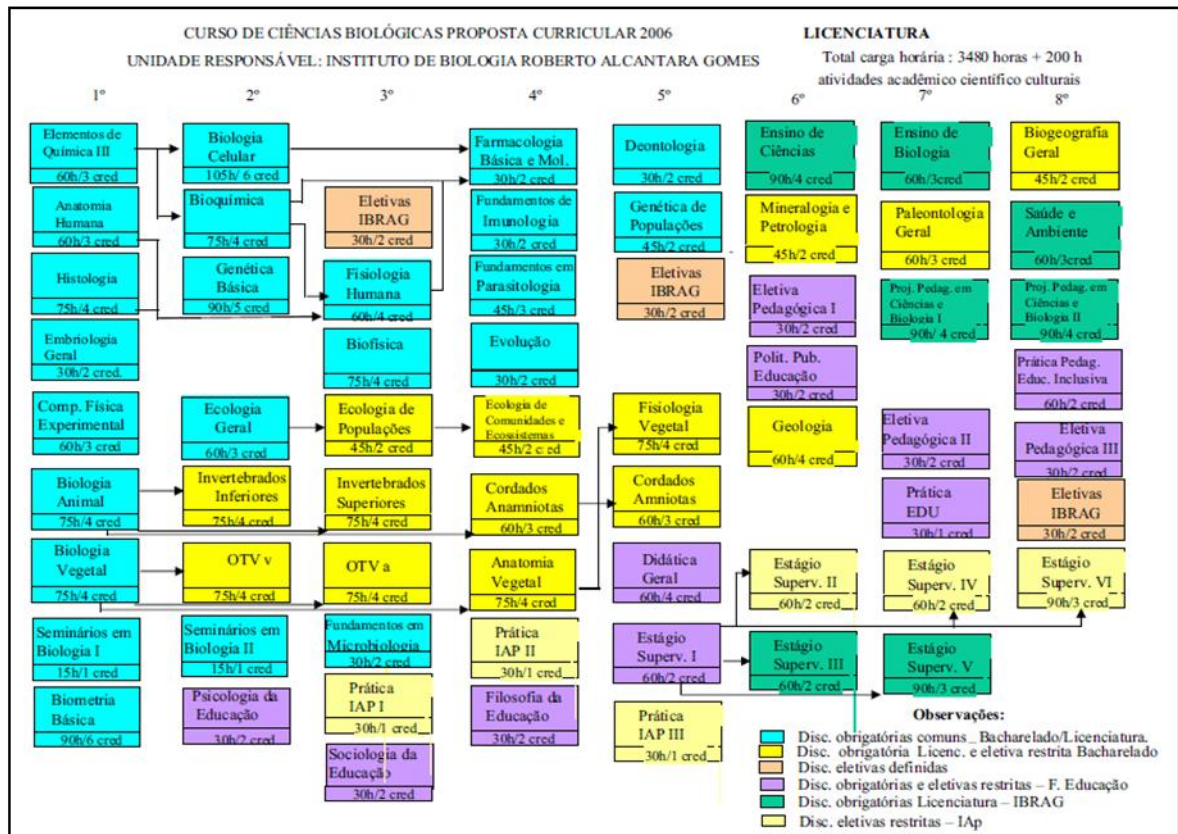
o domínio de técnicas especiais de construção de diferentes tipos de questões; Construir um Plano de Testagem.

A disciplina “Práticas Pedagógicas em aprendizagem: Realizar o construtivismo no cotidiano da escola” possui carga horária total de 45 horas, sendo 15 horas teóricas e 30 horas práticas. Tem por objetivo estabelecer a vinculação entre a teoria e a prática, no que se refere à aprendizagem sob a ótica construtivista e sócio-interacionista. Desenvolver, nos alunos, competências necessárias ao melhor desempenho nos Estágios Supervisionados. Aumentar a motivação dos alunos, em relação ao exercício da docência.

No âmbito da educação inclusiva, a disciplina Prática Pedagógica Em Educação Inclusiva, também oferecida pela faculdade de educação possui carga horária total de 60 horas e possui os seguintes objetivos: Discutir os princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica, proporcionando ao aluno um espaço de reflexão sobre esta política no cotidiano da escola regular.

A disciplina visa ainda apresentar as áreas de necessidades educativas especiais caracterizadas no Plano Nacional de Educação Lei 10172/2001; Identificar as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino; Contextualizar os processos de aprendizagem em ambientes escolares inclusivos; Embasar os estudantes das licenciaturas com alternativas de adaptação curricular para garantir o acesso e aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.

Figura 2 - Proposta curricular de 2006



Não se pode deixar de notar que todas as disciplinas aqui mencionadas, tanto no âmbito da educação inclusiva, quanto relativas à avaliação da aprendizagem de uma forma geral, todas são oferecidas pela Faculdade de Educação e são comuns a todas as licenciaturas. Desta forma o que se tem ao longo do período são turmas com indivíduos de diversas licenciaturas, o que pode ser bom pela troca de experiência por indivíduos de diversos cursos.

No entanto é sabido que cada disciplina possui suas especificidades e diferentes formas de ensino, do mesmo modo ocorre com a avaliação. A troca de experiência entre cursos é louvável, no entanto não substitui ou dispensa que uma temática tão importante seja abordada de forma mais direcionada pelo curso de graduação de forma a abranger e orientar a prática relativa à disciplina que será ministrada pelo futuro professor.

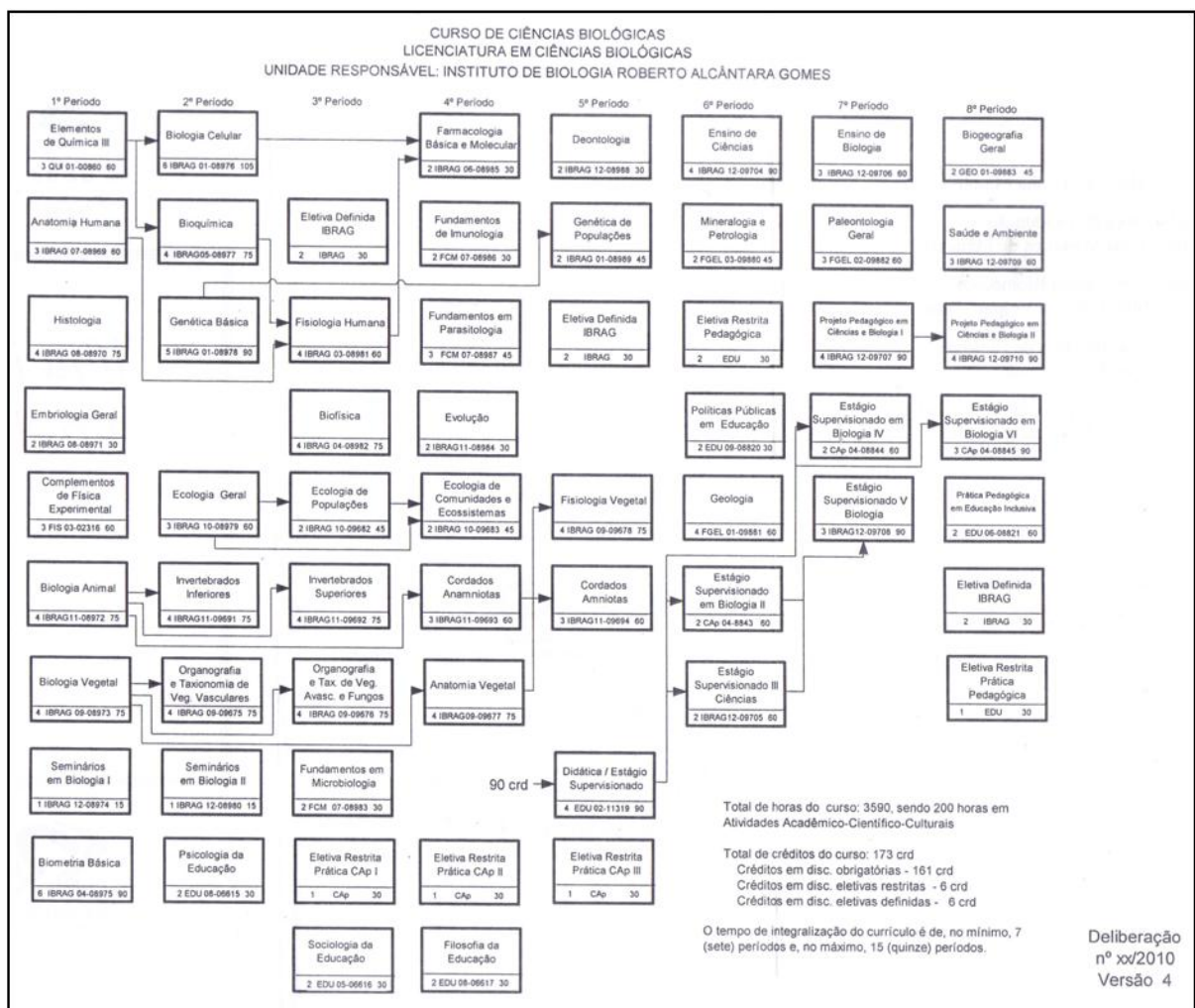
11.5.2 Versão curricular de 2010

Esta versão curricular sofre algumas modificações em comparação com a versão anterior. A disciplina Didática geral e a disciplina Estágio Supervisionado I sofrem uma fusão e passam a compreender a disciplina Didática/Estágio supervisionado (figura 3), com carga

horária total de 90 horas. Um dos conteúdos abordados na disciplina é o planejamento de ensino e avaliação.

Outras modificações são a redução da obrigatoriedade em cursar disciplinas eletivas pedagógicas, que antes eram três e passam a partir deste currículo a ser duas (figura 3). A disciplina de prática educativa deixa de fazer parte do fluxograma do curso nesta versão curricular. Não há alterações nas ementas das outras disciplinas após a aprovação desta versão curricular.

Figura 3 - Proposta curricular de 2010



11.5.3 Versão curricular de 2011

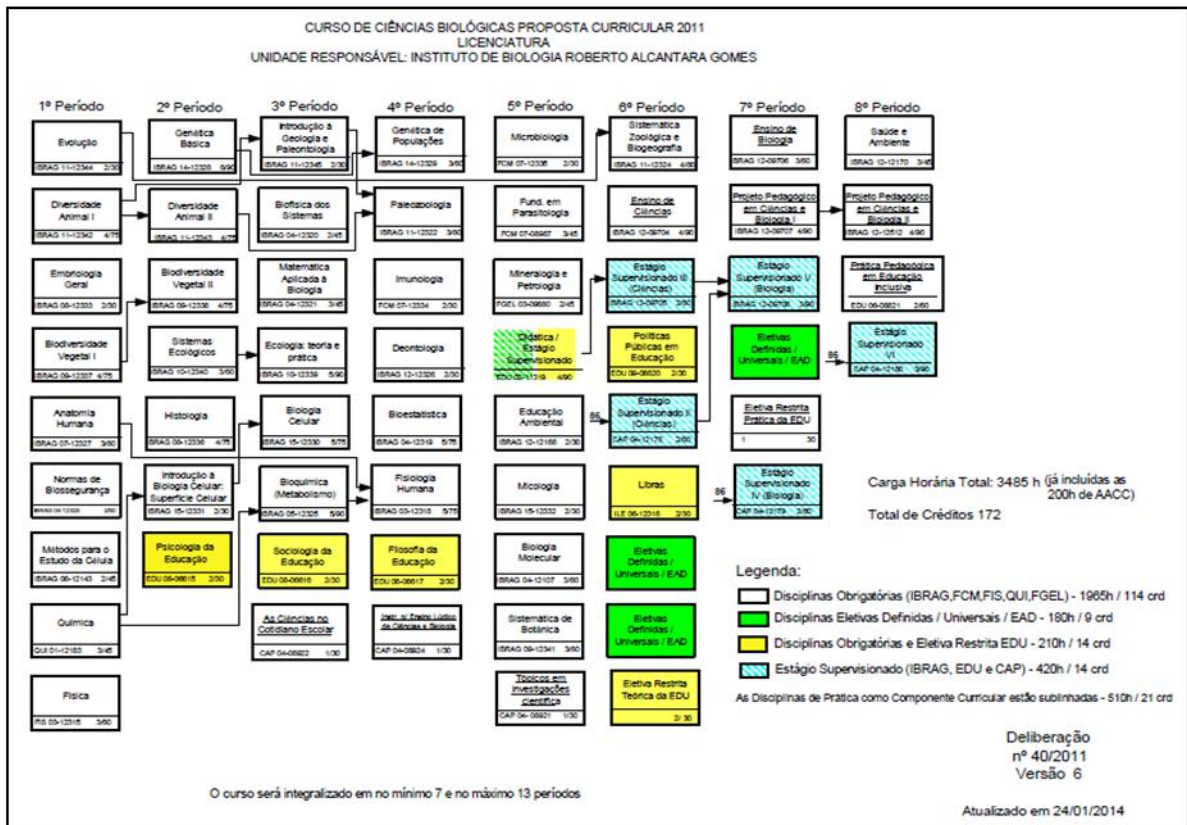
Na proposta curricular de 2011 (em vigor atualmente) ocorrem diversas modificações, tanto na nomenclatura e abordagem de algumas disciplinas, quanto na ementa de disciplinas já existentes, abordaremos aqui apenas as de interesse para este estudo. Três disciplinas de

cunho pedagógico, consideradas eletivas nos currículos anteriores passam a ser obrigatórias. São elas: As ciências do Cotidiano Escolar, Instrumentos Para o Ensino Lúdico de Ciências e Biologia e Tópicos em Investigação Científica, todas oferecidas no Colégio de Aplicação da UERJ (Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira). Nenhuma delas no entanto passa a ter como um de seus objetivos o ensino relativo à avaliação da aprendizagem (figura 4).

As disciplinas “Ensino de Ciências” e “Ensino de Biologia” passam a abordar a temática avaliativa, inclusive dentro dos objetivos da disciplina: disciplina Ensino de Ciências - descrever a importância e os diferentes tipos de avaliação em ensino de ciências; Disciplina Ensino de Biologia - Descrever a importância e os diferentes tipos de avaliação em ensino de biologia. A carga horária total de ambas as disciplinas continua a mesma, 90 horas para Ensino de Ciências e 60 horas para Ensino de Biologia.

A disciplina Didática/Estágio supervisionado persiste e continua tendo como um dos objetivos o planejamento de ensino e avaliação, com carga horária total de 90 horas e sendo ministrada na Faculdade de Educação (figura 4).

Figura 4 - Proposta curricular de 2011



Uma outra modificação positiva na ementa ocorre na disciplina Estágio supervisionado VI, oferecido no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp), com carga horária de 90 horas. Um dos seus objetivos passa a ser estimular uma permanente atitude de reflexão diante dos problemas da educação científica, possibilitando a definição de objetivos educacionais significativos, a escolha e criação de estratégias de ensino eficazes e coerentes e de procedimentos adequados de avaliação para o ensino de Ciências e Biologia. Através desta, os alunos terão a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos da disciplina Ensino de Ciências e Ensino de Biologia.

Outra modificação positiva em relação ao currículo anterior é a volta da obrigatoriedade dos graduandos cursarem uma disciplina eletiva restrita prática da educação. Continuam a existir duas opções relativas ao tema avaliação da aprendizagem: Práticas Pedagógicas em Avaliação da Aprendizagem e Prática Pedagógica em Aprendizagem: Realizar o Construtivismo no Cotidiano da Escola (figura 4).

Quanto às disciplinas eletivas pedagógicas de cunho teórico, estas foram ainda mais reduzidas de três na versão curricular de 2006 para duas na versão curricular de 2010 para apenas uma na versão curricular de 2011 (figura 4), reduzindo de forma expressiva a base teórico-pedagógica dos graduandos.

Quanto às disciplinas voltadas a educação inclusiva, a disciplina Prática Pedagógica em Educação Inclusiva persiste sem alterações na ementa. Foi incluída no currículo a disciplina Libras I, com carga horária total de 30 horas, oferecida pelo Instituto de Letras da UERJ (figura 4).

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou aspectos avaliativos na formação docente com o intuito de verificar que esta atribuição pertencente a carreira docente não apenas está presente no currículo do curso, mas também se os aspectos teóricos e práticos da habilidade avaliativa está sendo assimilada pelos graduandos em Ciências Biológicas, na modalidade licenciatura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

A partir dos resultados aqui obtidos percebeu-se que os entrevistados possuem uma base teórica sólida inerente aos critérios e finalidades avaliativas. Foi desconsiderado o ato avaliativo como instrumento de manutenção de ordem. O ato avaliativo foi aqui empregado para fins de verificar o desenvolvimento cognitivo dos alunos e orientar mudanças no processo de ensino. Ao mesmo tempo, os critérios avaliativos adotados, tendem ao caráter

qualitativo, como esforço e assiduidade por exemplo. Esses resultados corroboram com o discurso de autores da área avaliativa como Philippe Perrenoud e Pedro Demo e ainda com os Documentos Curriculares Nacionais.

Quanto à avaliação de alunos incluídos, o discurso dos entrevistados condiz com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Declaração de Salamanca, que garantem a esses estudantes o acesso à educação em turmas regulares, com ensino e avaliação diferenciados, buscando atender às suas necessidades.

No entanto quando se investiga questões práticas, da rotina avaliativa, percebe-se que os profissionais aqui entrevistados têm suas atividades limitadas pela instituição de ensino onde leciona e que os alunos, alvo de sua prática avaliativa, na grande maioria das vezes não sente-se satisfeitos com a avaliação a qual estão sendo submetidos.

Observamos ainda que apesar de os entrevistados possuírem conhecimento sobre os pressupostos teóricos da avaliação, a maior parte não afirma ter seu conhecimento advindo da universidade. A partir da checagem das versões curriculares de 2006 e 2011 percebemos que apesar de existirem algumas disciplinas voltadas ao tema avaliativo, estas são trabalhadas de forma geral na Faculdade de Educação. As especificidades da disciplina ciências e biologia, aplicadas à prática avaliativa não são discutidas nestas duas versões curriculares. Isso pode justificar a insatisfação dos entrevistados com relação ao ensino avaliativo proveniente da Universidade.

Podemos perceber também que no currículo em vigor atualmente (2011) há diversas modificações positivas, ressaltando a complementação na ementa de disciplinas voltadas ao Ensino de Biologia e Ensino de Ciências com a temática avaliativa, além de disciplina de estágio, o que permite que os saberes avaliativos sejam colocados em prática. Isso demonstra um esforço da Universidade no sentido de preparar melhor os futuros docentes, visando às competências exigidas na profissão. Esperamos que desta forma as lacunas aqui apontadas possa ser sanadas a fim de formar profissionais cada vez mais comprometidos com uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, I. F. et al . Diagnóstico da Avaliação de Aprendizagem em Ambientes E- learning. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (SBIE): Tecnologia E Educação Para Todos, 19., 2008, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Computação, 2008.
- ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, v. 19, n. 70, p. 107-25, jan./mar. 2011.
- AQUINO, J. G. **Erro e fracasso na escola**. 5. ed.. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 1997.
- BARBOSA, J. R. A avaliação da aprendizagem como processo interativo: um desafio para o educador. **Democratizar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1 -9, 2008.
- BORUCHOVITCH, E. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre**, v. 12, n. 2, p. 361-376, 1999.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, Seção 1, p. 27834-27841, 23 dez. 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- _____. Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 2, Seção 1E, p. 39-40, 14 set. de 2001(a).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 1. ed. São Paulo: MEC, SEESP, 2001(b).
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1.301, de 6 de novembro de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção 1, p. 25, 07 dez. 2001(c).
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 7, de 11 de março de 2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Biológicas**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção 1, p. 12, 26 mar. 2002(a).
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares**

Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, SEMTEC, 2002(b).

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010. **Estabelece o Exame Nacional do Ensino Médio.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1. p. 71, 21 de jun. 2010.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Seção 1, p. 8, 04 de mar. 2012.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Apresenta informações sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Disponível em: <www.portal.inep.gov.br>. Acesso em: 15 dez 2014.

BRITO, C.; LORDELO, J. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: uma visão do aluno. In: TENÓRIO, RM. and VIEIRA, M.A., orgs. **Avaliação e sociedade: a negociação como caminho.** Ed, Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 10, p. 253-272.

CAMARGO, A. L. C. O Discurso Sobre A Avaliação Escolar Do Ponto De Vista Do Aluno. **Revista Faculdade de Educação,** São Paulo, vol. 23, n. 1-2, Jan./Dec. 1997.

CASAGRANDE, F. **Como a Legislação Assegura a Inclusão dos Alunos com Deficiência.** Revista Eletrônica Gestão Escolar, jul. 2009. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao-educacional-trata-inclusao-759502.shtml>>. Acesso em 12 de set. de 2014.

CASTRO, M. H. G. de. A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. **Meta Avaliação,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296, set./dez. 2009.

CHUEIRI, M. S. F. Concepções sobre a Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional,** São Paulo, v. 19, n. 39, p. 49-64, jan./abr. 2008.

COSTA, M. R. **A Trajetória Histórica da Avaliação: do Dia-a-Dia a Sistematização Educacional.** Universidade Federal do Piauí, 2004. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT15/GT3.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

COSTA, O. D. C. **Avaliação Geral no Contexto Escolar: Uma Análise das Percepções de Avaliação dos Professores da Escola Pública do Ensino Fundamental.** 2008. 32f. Tese (Especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centro Acadêmico de Línguas Estrangeiras Modernas, Paraná, 2008.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

CORDEIRO, A. F. M.; SCHULZE, M. D.; DE ALMEIDA RIBEIRO, M. Avaliação educacional e inclusão: implicações no trabalho docente. **Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 91-103, jan./abr. 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE. In: **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Qualidade – UNESCO**. Salamanca/Espanha: Unesco, 1994.

DEMO, P. Lógica e Democracia da Avaliação. **Ensaio - Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 323-330, jul./set. 1995.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliação Educacional em Três Atos**. 3 ed. São Paulo: Senac, 2004.

_____. **Avaliação da Aprendizagem do Ponto de Vista Técnico - Científico e Filosófico-Político**. São Paulo: FDE, 1998. (Série Ideais). Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf>. Acesso em out. 20014.

DIAS SOBRINHO, J. **Universidade e Avaliação: Entre a Ética e o Mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução Raquel Ramallete. II ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GUSTSACK, F.; RECH, M. K. Inclusão e Avaliação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Roteiro**, Santa Catarina, v. 35, n. 1, p. 95-114, jan./jun. 2010.

HOFFMANN, J. **Avaliação: Mito e Desafio - Uma Perspectiva Construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

HONÓRIO, M. G. H.; CARVALHO, M. A. Avaliação Da Aprendizagem: Uma Evolução Histórica. In: II ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA UFPI, 2002, Teresina. **Livro de Resumos...** Teresina: EDUFPI, 2002, p. 87-87.

INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES. Ementas das disciplinas. Abarca as ementas das disciplinas dos cursos oferecidos pelo IBRAG. Disponível em: <<http://www.biologiauerj.com.br/>> Acesso em: 2 out. 2014.

KRAEMER, M. E. P. A Avaliação da Aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer. **Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, São Paulo, vol. 1, n. 2, 2005.

LANNES, D.; VELOSO, A. Biologia - Avaliação Formativa: Revendo Decisões e Ações Educativas. Fundação CECIERJ. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, A. de O. **Avaliação Escolar: Julgamento ou Construção?** Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002.

MACHADO, A. F. C.; SCHULZE, M. D.; RIBEIRO, M. A. Avaliação Educacional e Inclusão: Implicações no Trabalho Docente. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 1, p. 91-103, jan./abr. 2012.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. de L. Avaliação do Rendimento Escolar na Visão de Discentes. **Vida de Ensino**, v.02, n. 02, p. 08-24, out./fev. 2011.

MELO, M. S. de; BASTOS, W. G. Avaliação Escolar Como Processo de Construção de Conhecimento. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 180-203, maio/ago. 2012.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou Complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, M. J. A Docimologia em Perspectiva. **Revista da Faculdade de Educação de São Paulo**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 39-69, 1982.

MOREIRA, M. A. O Professor-Pesquisador como Instrumento de Melhoria do Ensino de Ciências. **Em Aberto**, Brasília, v. 7, n. 40, p. 43-54, out./dez. 1988.

MRECH, L. M. O Que é Educação Inclusiva? **Revista Integração**, Brasília, n. 8, p.37-40, 1998.

NAUJORKS, M. I. Stress e Inclusão: Indicadores de Stress em Professores Frente a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v. 1, n. 20, p. 117-125, 2002.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Metodologia do ensino superior. Trata dos princípios básicos da avaliação da aprendizagem. Disponível em: <http://arquivos.unama.br/nead/pos_graduacao/direito_processual/met_ens_sup/Aula10/conceito_principios.htm>. Acesso em nov. de 2014.

PELLEGRINI, D. Avaliar para Ensinar Melhor. **Nova Escola**, São Paulo, 158 ed. jan./fev. 2003. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliar-ensinar-melhor-424538.shtml>>. Acesso em 15 de ago. de 2014.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da Excelência à Regulação das Aprendizagens – Entre Duas Lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, P; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e desafios da avaliação**. Porto Alegre: Arned, 2002.

QUEIROGA, M. S. N. **A Avaliação da Aprendizagem no Contexto Sócio-Político Educacional da Paraíba**. 1993. f. 268. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

RICARDO, E. C.; ZYLBERSZTAJN, A. O Ensino das Ciências no Nível Médio: Um Estudo Sobre as Dificuldades na Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 351-370, dez. 2002.

ROSSO, A. J. Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores e velhas práticas de formação dos licenciados em biologia. In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Champagnat, 2008.

SAMPAIO, E. M. **O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nas escolas de Campo Grande/MS: a influência na prática pedagógica segundo os professores de Matemática.** 2012. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, set. 2012.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago. 2005.

SANTOS, E. C. C. dos. **Os Impactos do Enem na Prática Docente: Percepções de Professores de Salvador, Bahia.** 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em gestão da formação e administração educacional), Universidade de Coimbra, Coimbra, jul. 2014.

SOUZA, S. M. Z. L. Possíveis Impactos das Políticas de Avaliação no Currículo Escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 175-190, jul. 2003.

SOUZA, C. H. M.; BERNINI, D. S. D.; BRANDÃO, D. M.; SOUZA, M. de. Modalidades Avaliativas e Seus Objetivos: Análise das Ferramentas EAD Utilizadas na Disciplina Metodologia do Trabalho Científico do Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 22, 2011, Aracaju. **Anais...** Aracaju: nov. de 2011.
Disponível em < http://www.br-ie.org/sbie-wie2011/workshops/wapsedi/wapsedi06-94915_1.pdf >. Acesso em set. de 2014.

TOLENTINO, P. C. **As Referências da Formação Inicial na Representação dos Licenciandos em Ciências Biológicas na Universidade de Ponta Grossa.** 2010. 176 f. Tese (Mestrado em educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 20 dez. 2010. Disponível em < http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=630 > Acesso em jan. de 2015.

TOZATO, M. O. Conceitos e Modalidades da Avaliação no Processo de Ensino-Aprendizagem. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO DE PINHAIS, 2014, Pinhais. **Anais...** Pinhais, 2014.

ZABALA, A.; ROSA, E. F. da F. **A Prática Educativa: como Ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Período da graduação: _____

Instituição onde estuda: _____

QUESTIONÁRIO

ATENÇÃO: Este questionário está dividido em 2 partes. A 1ª deve ser respondida por todos os entrevistados; A 2ª apenas se você leciona ou já teve alguma experiência avaliativa como professor.

PARTE I:

- Qual é a finalidade do ato avaliativo?

Numere de 0-2 no qual: 0- não considero como finalidade / 1- finalidade / 2- finalidade principal.

<input type="checkbox"/> Atribuir uma média ao aluno	<input type="checkbox"/> Orientar mudanças no processo de ensino
<input type="checkbox"/> Instrumento para manter a ordem na sala de aula	<input type="checkbox"/> Verificar o desenvolvimento cognitivo dos alunos
<input type="checkbox"/> Verificar a eficiência do trabalho do professor	<input type="checkbox"/> Verificar se os alunos acompanham o ritmo da aula

- Que critérios você considera importante no processo avaliativo?

Numere em ordem de importância no qual: 0 - sem importância / 1- importante / 2- muito importante.

<input type="checkbox"/> Pontualidade	<input type="checkbox"/> Domínio da linguagem
<input type="checkbox"/> Assiduidade	<input type="checkbox"/> Comportamento em sala de aula
<input type="checkbox"/> Esforço	<input type="checkbox"/> Facilidade no processo de aprendizagem
<input type="checkbox"/> Notas em atividades práticas	<input type="checkbox"/> Características da personalidade
<input type="checkbox"/> Notas em atividades teóricas	

- Você utilizaria critérios diferenciados para avaliar alunos incluídos? Quais seriam esses critérios? Justifique:

ATENÇÃO: Só continue a responder a este questionário se você leciona ou já teve alguma experiência avaliativa como professor.

PARTE II

- Os alunos se mostram insatisfeitos com os critérios utilizados em sua avaliação?

Sim Não

- Onde aprendeu a avaliar?

Na universidade na prática e vivência escolar

- Possui autonomia para avaliar na instituição onde trabalha?

Totalmente Não Em parte

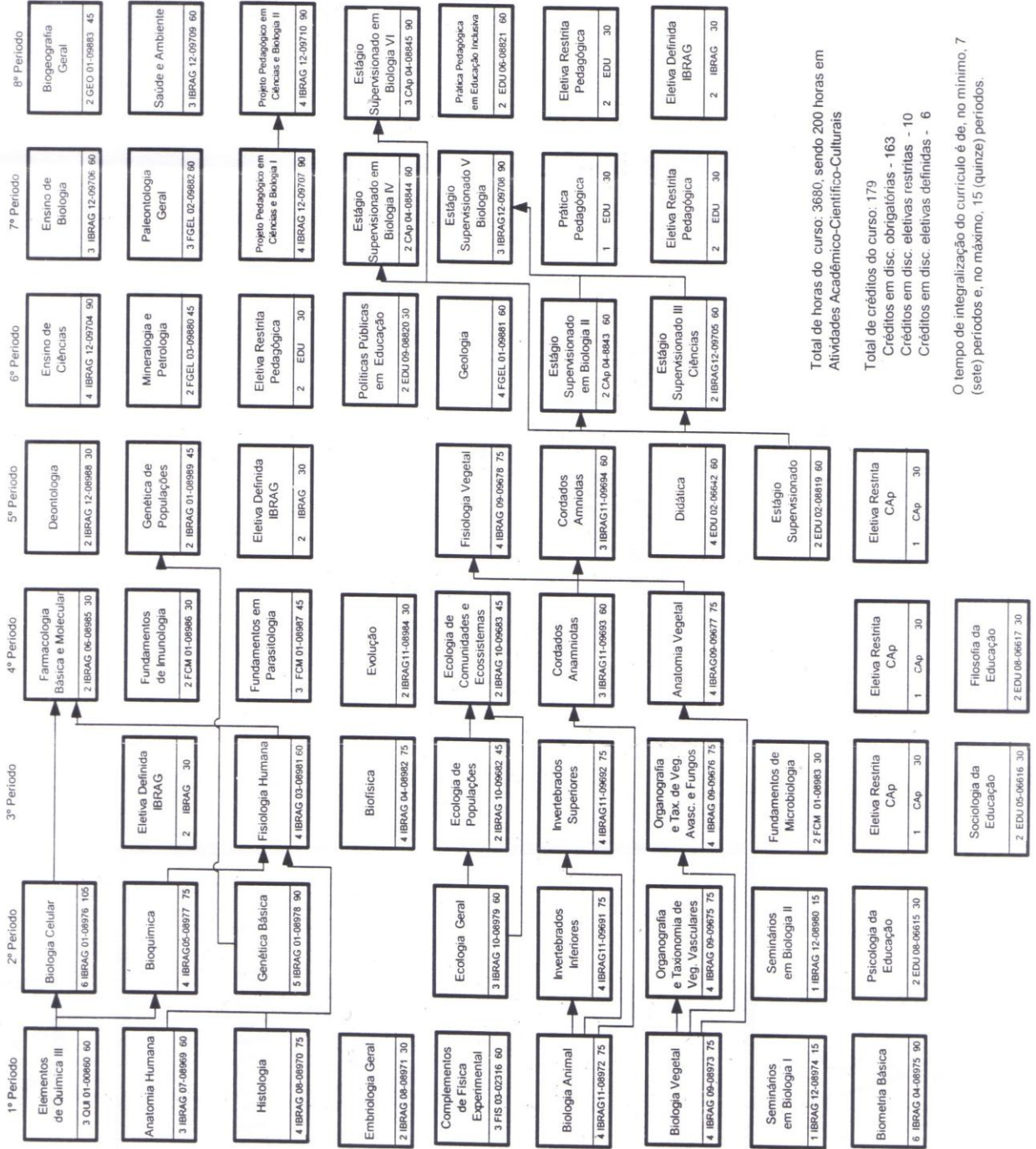
- Você é avaliado pela instituição onde trabalha? Especifique.

Sim Não

ANEXO A – FLUXOGRAMA DAS VERSÕES CURRICULARES

- Curso de Ciências Biológicas Proposta Curricular 2006.
- Curso de Ciências Biológicas Proposta Curricular 2010.
- Curso de Ciências Biológicas Proposta Curricular 2011.

**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIDADE RESPONSÁVEL: INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES**



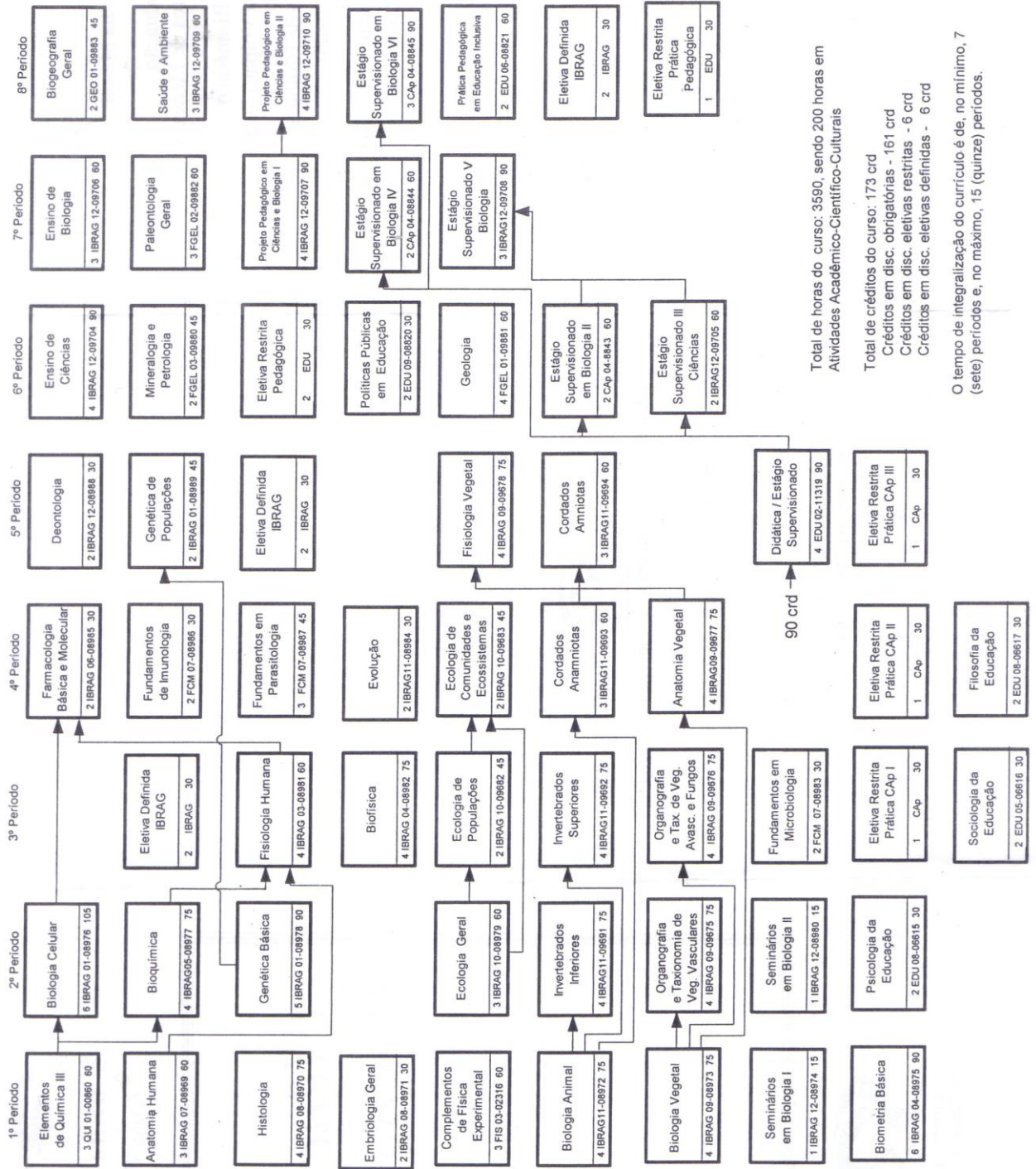
Total de horas do curso: 3680, sendo 200 horas em Atividades Acadêmico-Científico-Culturais

Total de créditos do curso: 179
Créditos em disc. obrigatórias - 163
Créditos em disc. eletivas restritas - 10
Créditos em disc. eletivas definidas - 6

**Deliberação
nº 64/2006
Versão 3**

O tempo de integralização do currículo é de, no mínimo, 7 (sete) períodos e, no máximo, 15 (quinze) períodos.

**CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIDADE RESPONSÁVEL: INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES**

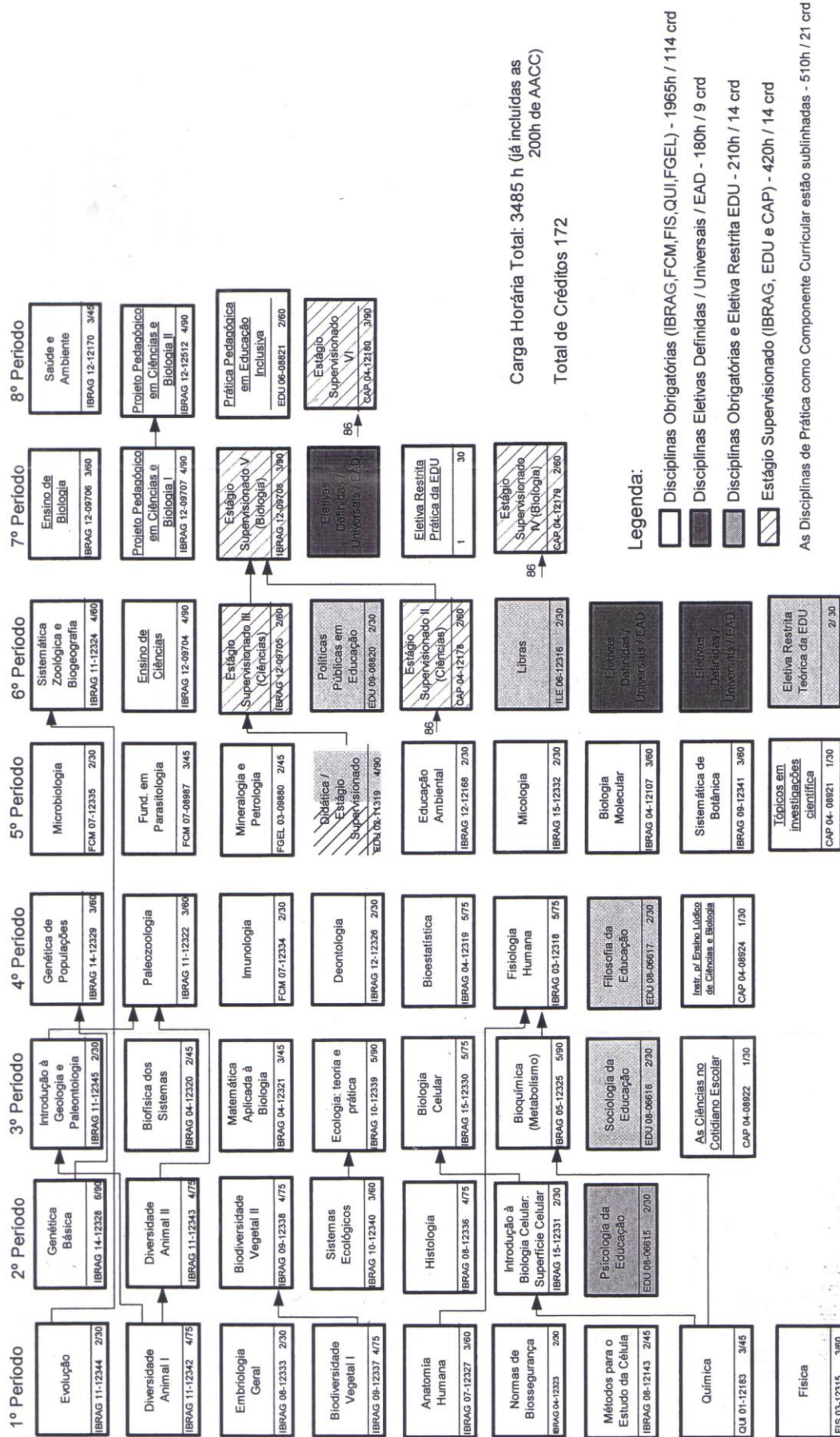


O tempo de integralização do currículo é de, no mínimo, 7 (sete) períodos e, no máximo, 15 (quinze) períodos.

Deliberação
nº xx/2010
Versão 4

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS PROPOSTA CURRICULAR 2011
LICENCIATURA

UNIDADE RESPONSÁVEL: INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES



Carga Horária Total: 3485 h (já incluídas as 200h de AACC)
Total de Créditos 172

Legenda:

- Disciplinas Obrigatórias (IBRAG,FCM,FIS,QUI,FGEL) - 1965h / 114 crd
- Disciplinas Eletivas Definidas / Universais / EAD - 180h / 9 crd
- Disciplinas Obrigatórias e Eletiva Restrita EDU - 210h / 14 crd
- Estágio Supervisionado (IBRAG, EDU e CAP) - 420h / 14 crd

As Disciplinas de Prática como Componente Curricular estão sublinhadas - 510h / 21 crd


Deliberação
nº 40/2011
Versão 6

O curso será integralizado em no mínimo 7 e no máximo 13 períodos

ANEXO B – EMENTAS DAS DISCIPLINAS – CURRÍCULOS ANTIGOS (2006 E 2010)

- Ensino de Ciências;
- Ensino de Biologia;
- Prática Pedagógica em Educação Inclusiva;
- Avaliação da Aprendizagem;
- Prática Pedagógica em Avaliação da Aprendizagem;
- Práticas pedagógicas em Aprendizagens: Realizar o Construtivismo no Cotidiano Escolar;
- Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem do Adolescente;
- As Ciências do Cotidiano Escolar;
- Instrumentação para o Ensino Lúdico de Ciências e Biologia;
- Tópicos em Investigação Científica;
- Didática;
- Estágio Supervisionado;
- Estágio Supervisionado em Biologia II;
- Estágio Supervisionado III (Ciências);
- Estágio Supervisionado em Biologia IV;
- Estágio Supervisionado V (Biologia);
- Estágio Supervisionado VI.

PROC 05-038-05 / FLS. 208

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM
		2005	1º e 2º

3) UNIDADE: Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes		4) DEPARTAMENTO de Ensino de Ciências e Biologia			
5) CÓDIGO 9704	6) NOME DA DISCIPLINA ENSINO DE CIÊNCIAS	(x) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 90h/a ✓	8) CRÉD 4 ✓	
9) CURSO(S) Ciências Biológicas Licenciatura – 6º período		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA	2	30	
		PRÁTICA	2	(30)	
		LABORATÓRIO	2	(30)	
		ESTÁGIO			
		TOTAL	6 ✓	90 ✓	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO		

13) OBJETIVOS

- Reconhecer a relatividade (histórica e cultural) dos conhecimentos científicos, dos saberes e crenças.
- Interpretar e resolver situações-problema por meio de investigação documental e/ou experimental.
- Aplicar os conceitos científicos básicos na interpretação de fatos e resolução de problemas.
- Utilizar e produzir novas técnicas, metodologias, materiais e estratégias para o ensino de ciências.
- Associar o ensino de ciências às situações reais do mundo natural e do cotidiano.
- Avaliar o impacto da produção científica e tecnológica nos elementos naturais do planeta (ar, água, florestas, etc.) e na qualidade de vida da população.
- Valorizar o trabalho individual e em equipe, a postura responsável, a cooperação e a solidariedade.

14) EMENTA

- A Origem e o Desenvolvimento da Ciência
- A Relação Ciência - Sociedade - Tecnologia
- A História do Ensino de Ciências
- Linhas Atuais de Pesquisa em Ensino de Ciências
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências
- Objetivos do Ensino de Ciências no Ensino Fundamental
- Questões Teóricas Básicas do Ensino de Ciências
- Informática Aplicada ao Ensino de Ciências

METODOLOGIA

Aulas expositivas com recursos audio-visuais (retro-projetor; projetor de slides; televisão; vídeo cassete; DVD; vídeo microscópio; cartazes e modelos.

Aulas práticas com material didático formal e improvisado;

Análise de livros didáticos e paradidáticos;

Análise de jogos didáticos, maquetes, modelos;

Visitas a instituições (1 por semestre) tais como jardim zoológico; jardim botânico etc.;

Excursões didáticas (1 por semestre)

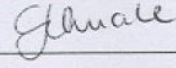

AVALIAÇÃO

A avaliação é feita através dos seguintes parâmetros: participação nas atividades; apresentação de trabalhos e provas.

PROC. 05038-05 T.S. 191


15) BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M. J. P. M.; SILVA, H. C. (orgs) Linguagens, leituras e ensino de Ciências. Campinas: 1998.
- APPLE, Michael W. Manuais escolares e trabalho docente – uma economia política de relações de classe e de género na educação. Lisboa-Portugal: Didáctica Editora, 2002.
- BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? 7ª ed. São Paulo: Ática, 1998
- BLOUGH, Glenn O., SCHWARTZ, Julius, HUGGETT, Albert J. *Como ensinar ciências*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1972.
- BRASIL. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências. Laboratório básico polivalente de ciências para o 1º grau: manual do professor. Rio de Janeiro: FENAME/PREMEN/DEF, 1978
- CANIATO, Rodolpho. *Com ciência na educação; ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 1994.
- DELIZOICOV, D. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KRASILCHIK, Myriam (coord.). *Ciência integrada. Projeto MEC/PREMEN/CECISP*. São Paulo: Gráfica Editora Hanburg, 1977.
- LOPES, A. MACEDO, E. (Orgs) *Currículo de Ciências em debate*. São Paulo: Papyrus, 2004.
- RIOS, T. A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- SILVA, Marly Cruz Veiga da, ROSA, Almir Fonseca. *Guias de estudo de ciências 1, 2, 3, 4 e 5*. Niterói, RJ: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1978.
- VIEIRA, Candido Oromar Figueiredo et al. *Iniciação à Ciência - 1*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1978.
- WEISSMANN, Hilda (org.). *Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

16) PROFESSOR PROPONENTE Waisenhowerk V. Melo		17) CHEFE DO DEPTO. CIVILE SCHWANKE Chefe DECB/IBRAG-UERJ Mat. 33298-7		18) DIRETOR	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
30/09/05	 32491-3	30/09/05			

Jorge José de Carvalho
Diretor
IBRAG-UERJ
Mat. 2881-1

PROC. 05 038 - 050^{ov} 12/11/1

	EMENTA DA DISCIPLINA		1) ANO	2) SEM
			2005	1º e 2º

3) UNIDADE: Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes - IBRAG		4) DEPARTAMENTO Ensino de Ciências e Biologia		
5) CÓDIGO 9706	6) NOME DA DISCIPLINA ENSINO DE BIOLOGIA	(x) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60h/a ✓	8) CRÉD 3 ✓
9) CURSO(S) Ciências Biológicas Licenciatura – 7º. Período	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
	TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
	TEÓRICA	2	30	
	PRÁTICA	2	30	
	LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO			
	TOTAL	4	60 ✓	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	

13) OBJETIVOS

- Discutir as tendências atuais do ensino de Biologia;
- Associar o ensino de Biologia às situações reais do mundo natural e do cotidiano.
- Avaliar o impacto da biotecnologia nos elementos naturais do planeta (ar, água, florestas, etc.) e na qualidade de vida da população.
- Desenvolver no licenciando uma postura crítica e investigativa na área de ensino de Biologia.
- Instrumentalizar o licenciando a produzir estratégias e materiais didáticos inovadores para o ensino de Biologia.

14) EMENTA

A relação Biologia-Sociedade; Visão histórica do ensino de Biologia; Linhas atuais de pesquisa em ensino de Biologia; Objetivos do Ensino de Biologia; O ensino de Biologia na educação de jovens e adultos e em turmas especiais; Livros didáticos e paradidáticos de Biologia - análise crítica; Estratégias de trabalho no ensino de Biologia (estudo de texto, atividade experimental, debate, excursão/exploração do ambiente, aula expositiva, recursos audiovisuais, jogos didáticos); Informática aplicada ao ensino de Biologia; Construção de estratégias/material didático para o ensino de Biologia; Desenvolvimento de projetos no ensino de Biologia.

METODOLOGIA
Aulas expositivas com recursos audio-visuais (retro-projetor; projetor de slides; televisão; vídeo cassete; DVD; vídeo microscópio; cartazes e modelos didáticos).
Aulas práticas;
Análise de livros didáticos e paradidáticos;
Análise, construção e utilização de jogos didáticos, maquetes, modelos;
Utilização de espaços formais, não-formais e informais de ensino.

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO ESTUDOS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTINUADA		
5) CÓDIGO EDU06-08821	6) NOME DA DISCIPLINA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	(X) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60	8) CRÉD 2
9) CURSO(S) LICENCIATURA	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
	TIPO DE AULA	SEMANTAL	SEMESTRAL	
	TEÓRICA			
	PRÁTICA	4	60	
	LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO			
	TOTAL	4	60	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	

13) OBJETIVOS

- Discutir os princípios norteadores da Educação Inclusiva no contexto da Educação Básica, proporcionando ao aluno um espaço de reflexão sobre esta política no cotidiano da escola regular.
- Apresentar as áreas de necessidades educativas especiais caracterizadas no Plano Nacional de Educação Lei 10172/2001
- Identificar as modalidades de atendimento da Educação Especial no Sistema Regular de Ensino
- Contextualizar os processos de aprendizagem em ambientes escolares inclusivos
- Embasar os estudantes das licenciaturas com alternativas de adaptação curricular para garantir o acesso e aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.

14) EMENTA

Panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. Trajetória da Educação Especial à Educação Inclusiva: modelos de atendimento, paradigmas: educação especializada / integração / inclusão. Valorizar as diversidades culturais e lingüísticas na promoção da Educação Inclusiva. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares .Tecnologia Assistiva.

15) BIBLIOGRAFIA

BRASIL . Declaração de Salamanca.

portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf acessado em 13 dezembro de 2004

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. In: Souza, D. B. e Faria, L. C. M. *Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

FERNANDES, E. Educação para todos- saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. *Revista Benjamin Constant*. no 14 , ano 5. Rio de Janeiro: MEC, 3-10, 1999.

_____. Ensino Fundamental: Currículo e Inclusão. *Surdez e Universo Educacional*. Anais do IV Congresso Internacional e X Seminário Nacional. Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005 (no prelo).

GLAT, R. *A integração social do portador de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1998.

_____. e FERNANDES, E.M. Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. *Revista Inclusão*, Brasília: MEC/SEESP, vol.I, no 1, 2005 (no prelo).

MITTLER, P. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Plano Nacional de Educação*. Disponível no site www.pedagogiaenfoco.pro.br/10172_01.htm, acessado em agosto/2004

_____. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Disponível no site www.mec.gov.br/seesp/pdf/res2_b.pdf, acessado em agosto/2004

_____. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 22-27, 2002.

_____. & OLIVEIRA, E. da S. G. *Adaptações Curriculares*. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003. Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>, acessado em agosto/2005

REILY, Lucia Helena. *Escola inclusiva: linguagem e mediação*. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

16) PROFESSOR PROPONENTE Edicléa Mascarenhas Fernandes		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR Eloisa Gomes	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

UERJ	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEMESTRE
		2005	

3) UNIDADE FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS APLICADOS AO ENSINO		
5) CÓDIGO EDU02-06645	6) NOME DA DISCIPLINA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	() obrigatória eletiva() universal (x) restrita () definida	7) CH 30	8) CRÉDITOS 2
9) CURSOS LICENCIATURA		(10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA	2	30
		PRÁTICA		
		LABORATÓRIO		
		ESTÁGIO		
		TOTAL	2	30
11) PRÉ-REQUISITO (A):				12) CÓDIGO
11) PRÉ-REQUISITO (B):				12) CÓDIGO
11) CO-REQUISITO:				12) CÓDIGO

13) OBJETIVOS

Discutir criticamente os fundamentos e as práticas avaliativas das escolas de ensino fundamental.

14) EMENTA

Pressupostos conceituais de avaliação. O caráter sociológico da avaliação. Abordagens quantitativa e qualitativa. Aspectos metodológicos da avaliação. Experiências de avaliação.

15) BIBLIOGRAFIA

DEPRESBITERIS, Léa. **O Desafio da avaliação da aprendizagem**. São Paulo, EPU, 1989.
 FIGARI, Gérard. **Avaliar: que referencial?** (trad. 1. Ferreira e José Cláudio) Porto: Porto, 1996
 HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. (trad. P. Ramos) Porto Alegre: ARTMED Ed., 2001
 HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio. Uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991 .
 . **Avaliação mediadora. Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.
 LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. S. Paulo, Cortez, 1995
 MEDEIROS, E. B. **Provas objetivas, discursivas, orais e práticas**. Rio de Janeiro, FGV, 1983.
 NÓVOA, Antonio & ESTRELA, Albano (orgs.) **Avaliações em Educação: novas perspectivas**. Porto: Porto, 1993.
 PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**'-

entre duas lógicas. /Trad. P. Ramos/ . Porto Alegre, Artes Médicas. 1999.					
SOUZA, Clariza. (org.) Avaliação do rendimento escolar. Campinas, UNICAMP, 1995.					
VASCONCELLOS, Celso. <i>Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar</i> . Cadernos Pedagógicos do Libertad., Y.3. São Paulo, 1993.					
(16) PROFESSOR PROPONENTE		(17) CHEFE DO DEPARTAMENTO		(18) DIRETOR DA UNIDADE	
DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
/ /		/ /		/ /	

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	


3) UNIDADE: Faculdade de Educação		4) DEPARTAMENTO Estudos Aplicados ao Ensino			
5) CÓDIGO EDU02-08822	6) NOME DA DISCIPLINA Práticas Pedagógicas em Avaliação da Aprendizagem	() obrigatória eletiva () universal () definida (X) restrita	7) CH 30	8) CRÉD 1	
9) CURSO(S) Licenciatura	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA				
	TIPO DE AULA	SEMANTAL	SEMESTRAL		
	TEÓRICA				
	PRÁTICA	2	30		
	LABORATÓRIO ESTÁGIO				
	TOTAL	2	30		
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO		

13) OBJETIVOS
<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir medida de avaliação, estabelecendo a relação entre medida e objetivos educacionais; - Caracterizar diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem; - Elaborar itens de provas, evidenciando o domínio de técnicas especiais de construção de diferentes tipos de questões; - Construir um Plano de Testagem.

14) EMENTA
<p>Avaliação e Medida: Conceitos distintos. Características de diferentes instrumentos de avaliação: observação, entrevista, escalas de classificação, escalas de atitudes, provas e testes. Planejamento dos instrumentos de avaliação. Construção de provas objetivas e discursivas: vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de questões. Análise de provas e testes. Plano de testagem.</p>

15) BIBLIOGRAFIA
<p>LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>MEDEIROS, Ethel Bauzer de. Provas objetivas: técnicas de construção. Rio de Janeiro, F.G.V., 1986.</p> <p>_____. Provas objetivas, discursivas, orais e práticas. Rio de Janeiro, F.G.V., 1983.</p> <p>POPHAM, W. J. Avaliação educacional. (trad.) Porto Alegre: Globo, 1993.</p> <p>SILVA, Ceres Santos da. Medidas e avaliação em educação. Petrópolis: Vozes, 1992.</p> <p>MELLO, Maria Cristina de e RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Competências e Habilidades – Da teoria à prática. Rio de Janeiro: Wak Editora Ltda, 2002.</p> <p>PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.</p> <p>VIANNA, Heraldo Marelim. Testes em educação. São Paulo: IBRASA, 1990.</p>

16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE E DA FORMAÇÃO HUMANA		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Práticas Pedagógicas em aprendizagem: Realizar o construtivismo no cotidiano da escola.	(x) obrigatória () eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 45 h	8) CRÉD 02
9) CURSO(S) LICENCIATURAS		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA	15	01
		PRÁTICA	30	01
		LABORATÓRIO		
		ESTÁGIO		
		TOTAL	45	02
11) PRÉ-REQUISITO (A):		12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):		12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO		12) CÓDIGO		
<p>13. OBJETIVOS</p> <p>Estabelecer a vinculação entre a teoria e a prática, no que se refere à aprendizagem sob a ótica construtivista e sócio-interacionista.</p> <p>Desenvolver, nos alunos, competências necessárias ao melhor desempenho nos Estágios Supervisionados.</p> <p>Aumentar a motivação dos alunos, em relação ao exercício da docência.</p> <p>14. EMENTA</p> <p>Conceituação e características do Construtivismo.</p> <p>Aplicações práticas das idéias construtivistas à docência.</p> <p>Realização de atividades em três níveis: observação, planejamento e realização de práticas construtivistas de aprendizagem.</p>				

15. BIBLIOGRAFIA

BERBAUM, Jean. (1993). *Aprendizagem e Formação*. Porto, Porto Editora.

CASTORINA, José Antônio et al (1995). *Piaget – Vygotsky: Novas Contribuições para o Debate*. São Paulo, Ática.

COLL, César. Piaget, o construtivismo e a educação escolar: onde está o fio condutor? In: *Substratum: Temas Fundamentais em Psicologia e Educação*, v.1, nº.1 (Cem Anos com Piaget). Porto Alegre, Artes Médicas, 1997. p.145-164.

_____. *O construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

DANIELS, Harry (org) (1994). *Vygotsky em foco - pressupostos e desdobramentos*. São Paulo: Papirus.

FURTH, Hans. (1997). *Piaget na sala de Aula*. Rio de Janeiro, Forense.

GROSSI, Esther P. & BORDIN, Jussara (orgs) (1993). *Construtivismo Pós-Piagetiano – um Novo Paradigma sobre Aprendizagem*. Petrópolis, Vozes.

LA TAILLE, Yves de et al (1992). *Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão*. São Paulo, Summus.

MOYSÉS, Maria aparecida A. (2001). *A Institucionalização Invisível: crianças que não aprendem na escola*. São Paulo, FAPESP.

ZELAM, Karen.(1993). *Os riscos do saber: Obstáculos do desenvolvimento à aprendizagem escolar*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Cadernos CEDES.

Nº 24 – Pensamento e Linguagem – Estudos na Perspectiva da Psicologia Soviética.

Nº 28 – O Sucesso Escolar – um Desafio Pedagógico

16) PROFESSOR PROPONENTE Eloiza da Silva G. Oliveira		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR Eloiza S. G. Oliveira	
DATA	ASSINATURA /MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE E FORMAÇÃO HUMANA			
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DO ADOLESCENTE	() obrigatória eletiva () universal () definida (X) restrita	7) CH 30	8) CRÉD 2	
9) CURSO(S) LICENCIATURA		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA	2	30	
		PRÁTICA			
		LABORATÓRIO			
		ESTÁGIO			
		TOTAL	2	30	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO		

13) OBJETIVOS					
<p>Conceituar a adolescência e discutir os principais aspectos do desenvolvimento e da aprendizagem nessa etapa de vida. Construir conceitos relativos à adolescência, segundo alguns teóricos.</p>					
14) EMENTA					
<p>Conceito e delimitação cronológica da adolescência. Puberdade, esquema corporal e sexualidade do adolescente. A importância do grupo – identidade e papéis sociais. A influência da indústria cultural. Adolescência e moralidade – autonomia moral e construção das regras. Normalidade e adolescência. Questões da atualidade: drogas e violência. Adolescentes e escola – difícil relação. Algumas teorias que abordam a adolescência.</p>					
15) BIBLIOGRAFIA					
16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

	EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.
				2006	1º
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAp-UERJ		4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)			
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA As Ciências no Cotidiano Escolar	() obrigatória eletiva (X) universal (x) definida () restrita	7) CH 30	8) CRÉD 1	
9) CURSO(S) Licenciatura em Ciências Biológicas (definida) Bacharelado em Ciências Biológicas (definida)		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANTAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA			
		PRÁTICA	02	30	
		LABORATÓRIO			
		ESTÁGIO			
		TOTAL	02	30	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO:			12) CÓDIGO		
13) OBJETIVOS Compreender os processos de investigação próprios das Ciências Naturais e analisar as implicações sociais do desenvolvimento científico e tecnológico. Articular o conhecimento científico, a pesquisa em ensino de ciências e a disciplina Ciências do ensino fundamental, com ênfase nos conceitos físicos, químicos, geológicos e astronômicos e suas interfaces com conceitos biológicos. Analisar o processo de aprendizagem dos conceitos científicos pelos alunos e o papel desses conteúdos no currículo escolar. Desenvolver e utilizar novas metodologias e materiais didáticos adequados ao ensino de Ciências.					
14) EMENTA A educação científica no contexto escolar. A interdisciplinariedade: conceitos físicos, químicos, geológicos e astronômicos e suas interfaces com conceitos biológicos. Recursos didáticos convencionais e alternativos para o ensino de Ciências. Desenvolvimento de novas metodologias e produção de material didático para o ensino de Ciências. Elaboração de projetos educativos para aplicação em espaços escolares e/ou comunitários. Atividade laboratorial.					
15) METODOLOGIA Análise, seleção e desenvolvimento de materiais e recursos didáticos a serem utilizados na prática escolar. Desenvolvimento de projetos.					
16) AVALIAÇÃO Processo e produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo. Participação e desempenho durante o curso considerando: presença efetiva nas aulas e nos encontros individuais e em grupo; análise de textos e fundamentação teórica; postura de investigação ao longo das atividades desenvolvidas e produção escrita.					
17) BIBLIOGRAFIA CHASSOT, Attico. <i>A ciência através dos tempos</i> . São Paulo: Moderna, 1994. GASPAR, Alberto. <i>Experiências de Ciências para o 1º Grau</i> . São Paulo, Ática, 1995. GIORDAN, A. e DE VECCHI, G. <i>As Origens do Saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. GEPEQ. <i>Interações e Transformações: química para o 2º grau – livro do aluno</i> . São Paulo: Editora da USP, 1996 – (3 volumes). GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. <i>Física 1</i> . 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1999 – (3 volumes). LEVINE, S. & GRAFTON, Allison. <i>Brincando de Einstein. Atividades científicas e recreativas para sala de aula</i> . Campinas, Papirus, 1995.					

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Brincando com a Ciência. Experimentos Interativos de Baixo Custo*. Rio de Janeiro: MAST, 1996.
 NARDI, Roberto. *Questões Atuais no Ensino de Ciências*. São Paulo: Escrituras, 1998.
 SCHNETZLER, R. P. & ARAGÃO, R. M. R. de. *Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens*. Campinas, SP: R. Vieira Gráfica e Editora Ltda, 2000.

18) PROFESSOR PROPONENTE Maria Cristina Ferreira dos Santos		19) CHEFE DO DEPT° Marcus Vinícius Tovar		20) DIRETOR Lincoln Tavares da Silva	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

	EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.
				2006	1º
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ		4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)			
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Instrumentação para o Ensino Lúdico de Ciências e Biologia	() obrigatória eletiva () universal (x) definida () restrita	7) CH 30	8) CRÉD 1	
9) CURSO(S): Licenciatura em Ciências Biológicas		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA			
		PRÁTICA	2	30	
		LABORATÓRIO			
		ESTÁGIO			
		TOTAL	2	30	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO:			12) CÓDIGO		
13) OBJETIVOS Vivenciar metodologias específicas do ensino de Ciências de atividades em classe e extraclasse; produzindo materiais didáticos adequados às novas diretrizes curriculares para o ensino de Ciências e Biologia, visando à inserção da ciência contemporânea nas atividades escolares.					
14) EMENTA A Natureza da Ciência e o Ensino de Ciência - trabalhando a natureza do método científico com os alunos. Propostas de atividades de participação ativa dos alunos na construção do significado de Conhecimento Científico. A Instrumentalização do Ensino de Ciências - alternativas metodológicas e recursos/materiais para um ensino motivador: jogos, simulações e projetos. A Prática Pedagógica e o Alfabetismo Científico. A problemática ensino-aprendizagem em Ciências. Qualidades e Limitações das atividades, materiais e estratégias propostas no curso. A Participação Ativa dos Alunos: desenvolvimento do interesse, da criatividade e do espírito crítico e reflexivo.					
15) METODOLOGIA Análise, seleção e desenvolvimento de materiais e recursos didáticos a serem utilizados na prática educativa para erradicar o conhecimento inerte e despertar o real interesse junto aos escolares.					
16) AVALIAÇÃO Processo e Produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, Participação e desempenho durante o curso, levando em conta: presença efetiva nas aulas e nos encontros individuais e em grupo; comprometimento com a realização de leituras e fundamentação teórica pertinentes; postura de investigação ao longo de todas as atividades desenvolvidas; qualidade na produção escrita; auto-avaliação coletiva, através de reuniões de avaliação do trabalho.					
17) BIBLIOGRAFIA BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> São Paulo: Editora Ática, 2ª ed., 2002. CANTO, E.L. <i>Coleção Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano</i> . São Paulo: Moderna, 1999. CAZELLI, S. <i>Alfabetização Científica e Processos Educativos. Perspicillum</i> . MAST-Rio de Janeiro, v.6 n.1, p.75-104, 1992. COLL, C. e Cols. <i>Os Conteúdos na Reforma: ensino, aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes</i> . Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 2000. _____. <i>Aprender Conteúdos & Desenvolver Capacidades</i> . Porto Alegre: Artmed., 2004. FROTA-PESSOA, O., <i>Os Caminhos da Vida: biologia no ensino médio</i> . Manual do Professor. 1ª ed. São Paulo,					

Editora Scipione, 2001. MILLER, J. D. Scientific Literacy: a conceptual and empirical review. <i>Daedalus</i> , n. 122, p.29-48, 1983. ZABALA, A.(org.) <i>Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula</i> . Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 1999.					
16) PROFESSOR PROPONENTE Lucia Cristina da Cunha Aguiar		17) CHEFE DO DEPT° Marcus Vinicius Tovar		18) DIRETOR Lincoln Tavares da Silva	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

		EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.	
					2006	1º	
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ			4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)				
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Tópicos em Investigação Científica		<input type="checkbox"/> obrigatória <input type="checkbox"/> eletiva <input type="checkbox"/> universal <input checked="" type="checkbox"/> definida <input type="checkbox"/> restrita		7) CH 30	8) CRÉD 2	
9) CURSO(S): Licenciatura em Ciências Biológicas			10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA				
			TIPO DE AULA		SEMANAL	SEMESTRAL	
			TEÓRICA				
			PRÁTICA		2	30	
			LABORATÓRIO				
ESTÁGIO							
TOTAL		2	30				
11) PRÉ-REQUISITO (A):					12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):					12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO:					12) CÓDIGO		
13) OBJETIVOS Utilizar um sistema biológico (ex. célula procariota) como modelo para investigar fenômenos naturais e conceitos científicos. Debater concepções científicas adequadas e inadequadas ao processo envolvendo a educação científica. Oferecer uma abordagem contextualizada e alternativa para responder questões sobre a ciência no cotidiano. Utilizar os acertos e erros científicos no desenvolvimento do espírito crítico. Desenvolver projetos teóricos/práticos.							
14) EMENTA Metodologia científica; conceitos e integração científicos; discussão de artigos científicos ou divulgação científica, vídeos e experimentos, Ciência e Tecnologia nos materiais didáticos; bioética, terminologia científica.							
15) METODOLOGIA Desenvolvimento de projetos ou mini-projetos didático-científicos. Análise, seleção e desenvolvimento de materiais e recursos didáticos a serem utilizados na prática escolar.							
16) AVALIAÇÃO Participação e desempenho durante o curso considerando: presença efetiva nas aulas e nos encontros individuais e em grupo; análise de textos e fundamentação teórica; postura de investigação ao longo das atividades desenvolvidas e produção escrita. Análise de projetos ou mini-projetos apresentados. Análise de seminários.							
17) BIBLIOGRAFIA BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> Ed. Atica, 2002. HENNIG, G. J. <i>Metodologia do Ensino de Ciências</i> . Mercado Aberto, 1998. 3ª Ed. WEISSMAN, H. <i>Didática das Ciências Naturais</i> . Porto Alegre: ArtMed, 1998. SINGER, P. <i>Vida Ética</i> . Ediouro, 2002. DELIZOICOV, D et al. <i>Ensino de Ciências: fundamentos e métodos</i> . Ed. Cortez, 2002. HAMBURGER, E. W et al. <i>O Desafio de Ensinar Ciências no Século XXI</i> . EDUSP, 2000. FILHO, G.N.S & de OLIVEIRA, V.L. <i>Microbiologia: manual de aulas práticas</i> . EDUFSC, 2004. NOGUEIRA, A et al. <i>Ciência para quem? Formação Científica para quem?</i> Ed. Vozes, 2000. MORIN, E. <i>A Religião dos Saberes</i> . Ed. Bertrand Brasil, 2001. SAGAN, C. <i>O Mundo Assombrado pelos Demônios</i> . Cia das Letras, 1996. MADDOX, J. <i>O Que Falta Descobrir</i> . Ed. Campus, 1999. PURVES, W. K. et al. <i>Vida: a ciência da biologia</i> , Porto Alegre: Artmed, 2002. 6ª Ed. RIDLEY, M. <i>Genoma</i> , Rio de Janeiro: Record, 2001. Revistas de divulgação científica (<i>Ciência Hoje</i> e <i>Scientific American Brasil</i>) e artigos da internet.							
18) PROFESSOR PROPONENTE Marcelo Rodrigues Gamon			19) CHEFE DO DEPTº Marcus Vinícius Tovar		20) DIRETOR Lincoln Tavares Silva		
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA		

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO ESTUDOS APLICADOS AO ENSINO		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA DIDÁTICA	(X) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60	8) CRÉD 4
9) CURSO(S) Licenciatura		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA		
		PRÁTICA		
		LABORATÓRIO		
		ESTÁGIO		
		TOTAL	60	4
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	

13) OBJETIVOS					
<p>Analisar discussões teóricas atuais sobre a Didática, tendo em vista especialmente a crítica ao enfoque tecnicista da Didática. Analisar o histórico de constituição do campo, bem como o planejamento e os elementos do processo de ensino.</p>					
14) EMENTA					
<p>Campo contemporâneo da Didática: foco na Didática crítica. Origens do campo da Didática: histórico e constituição do campo. Relações conteúdo-método, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno. O enfoque tecnicista e sua reapropriação contemporânea. Planejamento de ensino e avaliação. Didática e cultura. Técnicas de ensino.</p>					
15) BIBLIOGRAFIA					
<p>CANAU, Vera (org). <i>Sociedade, educação e cultura(s)</i> – questões e propostas. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002 CANAU, Vera (org). <i>Cultura(s) e educação</i>. RJ: DP&A, 2005. ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE). RJ, DP&A, 2000. 4 VOLUMES. ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE). RJ, DP&A, 2002. 4 VOLUMES. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos</i>. São Paulo: Loyola, 1992. MARIN, Alda; SILVA, Aída Monteiro; SOUZA, Maria Inês Marcondes de (org.) <i>Situações didáticas</i>. Araraquara, JM Editora, 2003. OLIVEIRA, Maria Rita S. N. (org.). <i>Didática: ruptura, compromisso e pesquisa</i>. Campinas: Papirus, 1993. VEIGA, Ilma (org.). <i>Repensando a Didática</i>. Campinas: Papirus, 1990. _____. <i>Técnicas de Ensino: por que não ?</i>. Campinas: Papirus, 1995. _____. <i>Didática: o ensino e suas relações</i>. Campinas, Papirus, 1996.</p>					
16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
20/08/05	Alice Casimiro Lopes				


	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO ESTUDOS APLICADOS AO ENSINO		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA ESTÁGIO SUPERVISIONADO	(x) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60	8) CRÉD 3
9) CURSO(S) Licenciatura		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA	30	
		PRÁTICA		
		LABORATÓRIO		
	ESTÁGIO	30		
	TOTAL	60		3
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	

13) OBJETIVOS					
<p>Discutir o trabalho docente, a cultura e o cotidiano escolar, tendo em vista a compreensão mais ampla da prática de ensino e do currículo. Realizar atividades de observação, investigação e análise da cultura escolar em uma escola de educação básica.</p>					
14) EMENTA					
<p>Profissão docente. Identidade docente. Cultura e cotidiano escolar: sujeitos, saberes, espaços e tempos. Conhecimento escolar. Planejamento de currículo e ensino. Identidades dos sujeitos da escola: classe social, gênero, sexualidade e etnia.</p>					
15) BIBLIOGRAFIA					
<p>ALVES, Nilda et al. <i>Criar currículo no cotidiano</i>. SP: Cortez, 2002. CANDAU, Vera (org.). <i>Magistério: construção cotidiana</i>. Petrópolis: Vozes, 1997. CANDAU, Vera (org.). <i>Sociedade, educação e cultura(s) – questões e propostas</i>. Petrópolis: Vozes, 2002. LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). <i>Currículo: debates contemporâneos</i>. Campinas: Papirus, 2002. TURA, Maria de Lourdes. <i>Olhar que não quer ver – histórias da escola</i>. Petrópolis: RJ, Vozes, 2000.</p>					
16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPT°		18) DIRETOR	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

		EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.	
					2006	1º	
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ			4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)				
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Estágio Supervisionado em Biologia II		(X) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60	8) CRÉD 2		
9) CURSO(S) Licenciatura em Ciências Biológicas		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA					
		TIPO DE AULA	SEMANTAL	SEMESTRAL			
		TEÓRICA					
		PRÁTICA					
		LABORATÓRIO					
		ESTÁGIO		4	60		
TOTAL		4	60				
11) PRÉ-REQUISITO (A): Estágio Supervisionado I (Faculdade de Educação)				12) CÓDIGO			
11) PRÉ-REQUISITO (B):				12) CÓDIGO			
11) CO-REQUISITO				12) CÓDIGO			
13) OBJETIVOS Relacionar teoria e prática no ensino de Ciências na escola básica. Compreender a escola e a sala de aula como espaços de produção de conhecimento e de formação de cidadania. Discutir os princípios epistemológicos do ensino de Ciências e as implicações humanas, éticas, sociais e políticas. Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Ciências em unidades escolares. Vivenciar experiências de ensino de Ciências na escola básica sob a orientação e supervisão dos professores.							
14) EMENTA Os saberes dos professores de Ciências. As aulas de Ciências no ensino fundamental e a transposição dos conhecimentos. Acompanhamento da prática docente de professores de Ciências de 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Planejamento e execução de atividades docentes relacionadas ao ensino de Ciências no 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, sob orientação e supervisão do professor.							
15) METODOLOGIA Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo, para a identificação da situação do ensino de Ciências e Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática em sala de aula através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, auxílio aos docentes e alunos-regentes na elaboração e na aplicação do plano de aula em turma.							
16) AVALIAÇÃO A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio, desenvolvimento de metodologias e trabalho final escrito com apresentação.							
17) BIBLIOGRAFIA LOPES, A. C. <i>Conhecimento Escolar: ciência e cotidiano</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.) <i>Disciplinas e Integração Curricular: história e políticas</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. NARDI, Roberto, BASTOS, Fernando e DINIZ, Renato Eugênio da S. (orgs.) <i>Pesquisas em Ensino de Ciências: contribuições para a formação de professores</i> . São Paulo: Escrituras, 2004. OLIVEIRA, D. L. de. <i>Ciências nas Salas de Aula</i> . Porto Alegre: Mediação, 1997. SILVA, L. H. da (org.). <i>Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo?</i> Petrópolis: Vozes, 1999. TARDIF, M. <i>Saberes Docentes e Formação de Professores</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.							
18) PROFESSOR PROPONENTE		19) CHEFE DO DEPTº Marcus Vinicius Tovar		20) DIRETOR Lincoln Tavares da Silva			
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA		

PROC. 05 008 - 05 P.S. 04/01

	EMENTA DA DISCIPLINA		1) ANO	2) SEM
			2006	1º e 2º
3) UNIDADE: Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes - IBRAG		4) DEPARTAMENTO Ensino de Ciências e Biologia		
5) CÓDIGO 9105	6) NOME DA DISCIPLINA Estágio Supervisionado III(Ciências)	(x) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60 ✓	8) CRÉD 2 ✓
9) CURSO(S) CIÊNCIAS BIOLÓGICAS LICENCIATURA - 6º período	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
	TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
	TEÓRICA			
	PRÁTICA			
	LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO	4	60	
	TOTAL	4	60	
11) PRÉ-REQUISITO (A): Estágio Supervisionado I - EDU			12) CÓDIGO 8819	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	
13) OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar teoria e prática no ensino de Ciências na escola básica. - Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Ciências em unidades escolares. - Vivenciar experiências de ensino de Ciências na escola. - Planejar e desenvolver aulas de Ciências em diferentes modalidades didáticas, reconhecendo as especificidades das diversas situações escolares. 				
14) EMENTA				
<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetização Científica. - Transposição de conteúdos científicos no currículo das ciências - Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Fundamental. - Prática docente no ensino de Ciências Naturais e Educação Especial. - Modalidades didáticas e recursos pedagógicos no Ensino de Ciências 				
METODOLOGIA				
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas com utilização de recursos áudio visuais. - Observação das atividades docentes em escolas do 3º e 4º segmento do Ensino Fundamental. - Desenvolvimento de projetos e material institucional para o Ensino de Ciências Naturais. 				
AVALIAÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas atividades propostas. - Acompanhamento das atividades realizadas na escola. - Entrega de relatórios referentes às atividades desenvolvidas. 				
15) BIBLIOGRAFIA				
<p>BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> 7ª ed. São Paulo: Ática, 1998</p> <p>BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais</i> - Brasília, 1998;</p> <p>CIÊNCIA, ÉTICA E CULTURA NA EDUCAÇÃO. (Vários autores) São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.</p> <p>CHASSOT, Atico. <i>A ciência através dos tempos</i>. São Paulo: Moderna, 1994</p>				

PROC. 05038-05

DELIZOICOV, D. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
 HAMBURGER, E. W. MATOS, C. (Orgs.) **O desafio de ensinar Ciências no século XXI**. São Paulo: EDUSP, 2000.
 KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.
 LOPES, A. MACEDO, E. (Orgs) **Currículo de Ciências em debate**. São Paulo: Papyrus, 2004.
 SACRISTAN, J. G. PÉREZ-GOMES, A. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTO.		18) DIRETOR	
Cibele Schwanke		CIBELE SCHWANKE Chefe DECB/IBRAG-UERJ Mat. 33200-7			
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
30/09/05	<i>Schwanke</i> 33200-7	30/09/05	<i>Schwanke</i>	11/11/05	<i>Jorge José de Carvalho</i>


CIBELE SCHWANKE
 Chefe DECB/IBRAG-UERJ
 Mat. 33200-7

Jorge José de Carvalho
 Diretor
 IBRAG-UERJ
 Mat. 2001-8

	EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.
				2006	1º
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ			4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Estágio Supervisionado em Biologia IV	(X) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 60	8) CRÉD 2	
9) CURSO(S) Licenciatura em Ciências Biológicas		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA			
		PRÁTICA			
		LABORATÓRIO			
		ESTÁGIO	4	60	
		TOTAL	4	60	
11) PRÉ-REQUISITO (A): Estágio Supervisionado I (Faculdade de Educação)			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO		
13) OBJETIVOS Relacionar teoria e prática no ensino de Biologia na escola básica. Compreender a escola e a sala de aula como espaços de produção de conhecimento e de formação do professor. Discutir os princípios epistemológicos do ensino de Biologia e as implicações humanas, éticas, sociais e políticas. Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Ciências em unidades escolares. Vivenciar experiências de ensino de Ciências na escola básica sob a orientação e supervisão dos professores.					
14) EMENTA Os saberes docentes dos professores de Biologia e a prática profissional. A aula de Biologia no ensino médio e a integração dos saberes. Acompanhamento da prática docente de professores de Biologia do ensino médio. Planejamento e execução de atividades docentes relacionadas ao ensino de Biologia do ensino médio sob orientação e supervisão do professor.					
15) METODOLOGIA Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo, para a identificação da situação do ensino de Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática em sala de aula através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, auxílio aos docentes e alunos-regentes na elaboração e na aplicação do plano de aula em turma.					
16) AVALIAÇÃO A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio, desenvolvimento de metodologias e trabalho final escrito com apresentação.					
17) BIBLIOGRAFIA LOPES, A. C. <i>Conhecimento Escolar: ciência e cotidiano</i> . Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.) <i>Disciplinas e Integração Curricular: história e políticas</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. NARDI, Roberto, BASTOS, Fernando e DINIZ, Renato Eugênio da S. (orgs.) <i>Pesquisas em Ensino de Ciências: contribuições para a formação de professores</i> . São Paulo: Escrituras, 2004. NÓVOA, A. (org.) <i>Profissão Professor</i> . Porto, Portugal: Porto Editora, 1995. OLIVEIRA, D. L. de. <i>Ciências nas Salas de Aula</i> . Porto Alegre: Mediação, 1997.					

SILVA, L. H. da (org.). <i>Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo?</i> Petrópolis: Vozes, 1999.					
TARDIF, M. <i>Saberes Docentes e Formação de Professores</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.					
18) PROFESSOR PROPONENTE		19) CHEFE DO DEPTº Marcus Vinícius Tovar		20) DIRETOR Lincoln Tavares da Silva	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

PRO 05 038 - 05 - 134


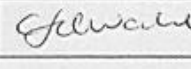

	EMENTA DA DISCIPLINA		1) ANO	2) SEM
			2005	1º e 2º
3) UNIDADE: Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes - IBRAG		4) DEPARTAMENTO Ensino de Ciências e Biologia		
5) CÓDIGO 9708	6) NOME DA DISCIPLINA Estágio Supervisionado V(Biologia)	(x) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 90	8) CRÉD 3
9) CURSO(S) CIÊNCIAS BIOLÓGICAS LICENCIATURA - 7º período	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
	TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
	TEÓRICA			
	PRÁTICA			
	LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO	6	90	
TOTAL		6	90	
11) PRÉ-REQUISITO (A): Estágio Supervisionado II		8843	12) CÓDIGO	
Estágio Supervisionado III			9705	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	
13) OBJETIVOS				
<ul style="list-style-type: none"> - Relacionar teoria e prática no ensino de Biologia na escola básica. - Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Biologia em unidades escolares. - Vivenciar experiências de ensino de Biologia no colégio. - Planejar e desenvolver aulas de Biologia em diferentes modalidades didáticas, reconhecendo as especificidades das diversas situações escolares. 				
14) EMENTA				
<ul style="list-style-type: none"> - A Biologia no Ensino Médio. - Parâmetros Curriculares Nacionais no Ensino Médio. - Biologia e educação de jovens e adultos - Prática docente no Ensino de Biologia. - Utilização de espaços formais e não formais no Ensino de Biologia. 				
METODOLOGIA				
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas com utilização de recursos áudio visuais. - Observação das atividades docentes nos colégios de Ensino Médio. - Desenvolvimento de projetos e material institucional para o Ensino de Biologia. 				
AVALIAÇÃO				
<ul style="list-style-type: none"> - Participação nas atividades propostas. - Acompanhamento das atividades realizadas no colégio. - Entrega de relatórios referentes às atividades desenvolvidas. 				
15) BIBLIOGRAFIA				
<ul style="list-style-type: none"> * BRASIL, MEC. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias</i>. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Média e tecnológica, 1999. 114p. * CIÊNCIA, ÉTICA E CULTURA NA EDUCAÇÃO. (Vários autores) São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998. 				

* GIORDAN, A. VECHI, G *As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos*. Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.

* KRASILCHIK, M. *O professor e o currículo das ciências*. São Paulo: EPU, 1987.

* RUCHEINSK, A. *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

* VIDEIRA, A. EL HANI, C. *O que é vida? Para entender a Biologia no século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTO.		18) DIRETOR	
Marilene de Sá Cadei		CIBELE SCHWANKE Chefe DECB/IBRAG-UERJ Mat. 33288-7			
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
30/09/05	 33652-9	30/09/05		11/11/05	

Jorge José de Carvalho
 Diretor
 IBRAG-JERJ
 Mat. 2881-1

	EMENTA DA DISCIPLINA			1) ANO	2) SEM.
				2006	1º
3) UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP-UERJ			4) DEPARTAMENTO Ciências da Natureza (DCN)		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Estágio Supervisionado em BiologiaVI	(X) obrigatória eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 90	8) CRÉD 3	
9) CURSO(S) Licenciatura em Ciências Biológicas		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
		TEÓRICA			
		PRÁTICA			
		LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO	6	90		
	TOTAL	6	90		
11) PRÉ-REQUISITO (A): Estágio Supervisionado I (Faculdade de Educação)			12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO		
13) OBJETIVOS Estimular uma permanente atitude de reflexão diante dos problemas da educação científica, possibilitando a definição de objetivos educacionais significativos, a escolha e criação de estratégias de ensino eficazes e coerentes e de procedimentos adequados de avaliação para o ensino de Ciências e Biologia. Aplicar o conhecimento desenvolvido na graduação à metodologia dos processos de ensino e aprendizagem, em situações de escolarização, preparando unidades de ensino, material didático e recursos audiovisuais. Exercitar e desenvolver habilidades pessoais e profissionais inerentes à docência, associando teoria e prática, de forma a complementar o processo de aprendizagem, transferindo estudos teóricos e teórico-práticos para situações concretas de sala de aula através das mini-aulas e regência de turmas de ensino fundamental e médio.					
14) EMENTA A Aplicabilidade de conhecimentos de Ciências Biológicas e Didática à metodologia dos processos de ensino e aprendizagem, em situações de escolarização. O desenvolvimento de mini-projetos diretamente ligados ao preparo de unidades de ensino, material didático e recursos paralelos. Regência de turma: Exercício da intervenção na realidade escolar, no ensino fundamental e médio. A pesquisa como fonte de reflexão e análise crítica da prática docente.					
15) METODOLOGIA Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo, para a identificação da situação do ensino de Ciências e Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática, em turma de Ensino Fundamental e Médio, através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, elaboração e na aplicação do plano de aula em efetiva regência de turma.					
16) AVALIAÇÃO A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, a regência de classe, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio e trabalho final escrito com apresentação.					

17) BIBLIOGRAFIA

BORDENAVE, Pereira. *Estratégia de ensino aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BIZZO, N. *Ciências: fácil ou difícil?* São Paulo: Editora Ática, 2ª ed., 2002.

CANTO, E.L. *Coleção Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano*. São Paulo: Moderna, 1999.

CARVALHO, Ana Maria Pessoa de e GIL-PÉREZ, Daniel. *Formação de professores de ciências*. São Paulo: Cortez, 1995, p.120.

CAZELLI, S. Alfabetização Científica e Processos Educativos. *Perspicillum*. MAST-Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.75-104, 1992.

COLL, C. e Cols. *Os Conteúdos na Reforma: ensino, aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes*. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 2000.

_____. *Aprender Conteúdos & Desenvolver Capacidades*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1990.

FROTA-PESSOA, O., *Os Caminhos da Vida: biologia no ensino médio*. Manual do Professor. 1ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática: coleção magistério 2º grau*. Série da Formação do Professor. São Paulo:

Cortez, 1991. MILLER, J. D. *Scientific Literacy: a conceptual and empirical review*. *Daedalus*, n. 122, p.29-48, 1983.

PERRENOUD, Philippe. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Lisboa (Temas de Educação): Dom Quixote, 1993. 206p.

ZABALA, A. (org.) *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. Porto Alegre: Artmed, 2ª ed., 1999.

16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTº Marcus Vinícius Tovar		18) DIRETOR Lincoln Tavares da Silva	
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA

ANEXO C – EMENTAS DAS DISCIPLINAS – CURRÍCULO ATUAL (2011)

- Ensino de Ciências;
- Ensino de Biologia;
- Libras I;
- Avaliação da Aprendizagem;
- Prática Pedagógica em Avaliação da Aprendizagem;
- Práticas pedagógicas em Aprendizagens: Realizar o Construtivismo no Cotidiano Escolar;
- As Ciências do Cotidiano Escolar;
- Instrumentação para o Ensino Lúdico de Ciências e Biologia;
- Tópicos em Investigação Científica;
- Didática/Estágio Supervisionado;
- Estágio Supervisionado em Biologia II (Ciências);
- Estágio Supervisionado III (Ciências);
- Estágio Supervisionado em Biologia IV;
- Estágio Supervisionado V (Biologia);
- Estágio Supervisionado VI.

Formulário de Identificação da Disciplina

	UNIDADE: IBRAG				
	DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA (DECB)				
	DISCIPLINA: Ensino de Ciências				
CH TOTAL	<input type="text" value="90"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="4"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="IBRAG12-09704"/>
Característica:		Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	6° Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva Universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
		Tipo de aula:	Semanal	Semestral	
do Aluno		Teórica	2	30	
do Professor		Prática	2	30	
<input type="text" value="90"/> H	<input type="text" value="90"/> H	Laboratório	2	30	
		Estágio			
		Total	6	90	
Objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a história e o desenvolvimento da Ciência e do ensino de Ciências no Brasil e no mundo; • Descrever a importância da divulgação e da alfabetização científica e da pesquisa em ensino de ciências; • Propiciar a produção e a utilização de recursos, estratégias e metodologias, materiais e novas tecnologias para o ensino de ciências; • Caracterizar o desenvolvimento do ensino de ciências em espaços formais e não formais de educação; • Destacar a importância do ensino de ciências na consolidação de uma educação inclusiva; • Apresentar os limites e as possibilidades do ensino de ciências à distância; • Debater a legislação e as orientações oficiais relativas ao currículo de em ensino de ciências. • Descrever a importância e os diferentes tipos de avaliação em ensino de ciências; • Apresentar e debater os conteúdos teóricos básicos e a prática docente em ensino de ciências; • Subsidiar teórico e metodologicamente a elaboração de projetos pedagógicos e de pesquisa em ensino de ciências. 					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):				Código:	
Pré-requisito:				Código:	
Ementa:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. A história da ciência e do ensino de Ciências no Brasil e no mundo. 2. Alfabetização e divulgação científica. 3. Legislação e currículo em ensino de ciências. 4. Avaliação em ensino de ciências. 5. Recursos e estratégias didáticas, materiais e novas tecnologias no ensino de ciências. 6. Espaços formais e não formais no ensino de ciências. 7. Ciências, Diversidade e inclusão na educação. 8. Ensino de ciências à distância. 9. Conteúdos teóricos básicos e a prática docente em ensino de ciências. 10. Projetos pedagógicos e de pesquisa em ensino de ciências. 					
Metodologia					
A disciplina será ministrada de forma ativa e crítica. Serão realizadas(os):					
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas com recursos audiovisuais; • Aulas práticas experimentais e de observação com material didático formal e improvisado; • Análise de livros didáticos e paradidáticos; 					

- Jogos didáticos, maquetes e modelos;
- Visitas e excursões didáticas.

Avaliação

- Na avaliação serão consideradas: a participação nas atividades; a apresentação de trabalhos e as provas.

Bibliografia (Clássica / Básica da área):

ALMEIDA, Maria José P. M. de; SILVA, Henrique César da (orgs.). *Linguagens, leituras e ensino de Ciências*. Campinas: SP: Mercado de Letras/ Associação de Leitura do Brasil, 1998.

APPLE, Michael W. *Manuais escolares e trabalho docente – uma economia política de relações de classe e de gênero na educação*. Lisboa-Portugal: Didática Editora, 2002.

BIZZO, Nélío. *Ciências:fácil ou difícil?* São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências. *Laboratório básico polivalente de ciências para o 1º grau: manual do professor*. Rio de Janeiro: FENAME/PREMEN/DEF, 1983.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais/ Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

CACHAPUZ, Antônio. *et al. A Necessária Renovação do Ensino das Ciências*. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

CANIATO, Rodolpho. *Com ciência na educação; ideário e prática de uma alternativa brasileira para o ensino da ciência*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 2007.

CHASSOT, Attico. *Alfabetização Científica: Questões e Desafios para a Educação*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

DELIZOICOV, Demetrio. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

KRASILCHIK, Myriam. *Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2000.

KRASILCHIK, Myriam. *O professor e o currículo das ciências: temas básicos de educação e ensino*. São Paulo, EPU/ Edusp, 2006.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.) *Currículo de ciências em debate*. São Paulo: Papyrus, 2004.

NARDI, Roberto (org.). *Questões Atuais no Ensino de Ciências*. São Paulo: Escritas, 2004.

RIOS, Terezinha Azevedo. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Marly Cruz Veiga da. e ROSA, Almir Fonseca. *Guias de estudo de ciências 1, 2, 3, 4 e 5*. Niterói, RJ: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1978.

WEISSMANN, Hilda (org.). *Didática das ciências naturais:contribuições e reflexões*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

Formulário de Identificação da Disciplina

	UNIDADE: IBRAG					
	DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA (DECB)					
	DISCIPLINA: Ensino de Biologia					
CH TOTAL	<input type="text" value="60"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="3"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="IBRAG12-09706"/>	
Característica:		Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas				
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	7° Período				
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida					
<input type="checkbox"/>	Eletiva Universal					
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:				
do Aluno		do Professor		Tipo de aula:	Semanal	Semestral
<input type="text" value="60"/>	H	<input type="text" value="60"/>	H	Teórica	2	30
				Prática	2	30
				Laboratório		
				Estágio		
				Total	4	60
Objetivos:						
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a história e o desenvolvimento da Ciência e do ensino de Ciências no Brasil e no mundo; • Descrever a importância da divulgação e da alfabetização científica e da pesquisa em ensino de biologia; • Propiciar a produção e a utilização de recursos, estratégias e metodologias, materiais e novas tecnologias para o ensino de biologia; • Caracterizar o desenvolvimento do ensino de biologia em espaços formais e não formais de educação; • Destacar a importância do ensino de biologia na consolidação de uma educação inclusiva; • Apresentar os limites e as possibilidades do ensino de biologia à distância; • Debater a legislação e as orientações oficiais relativas ao currículo de em ensino de biologia. • Descrever a importância e os diferentes tipos de avaliação em ensino de biologia; • Apresentar e debater os conteúdos teóricos básicos e a prática docente em ensino de biologia; • Subsidiar teórico e metodologicamente a elaboração de projetos pedagógicos e de pesquisa em ensino de biologia. 						
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:						
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:	
Pré-requisito:					Código:	
Ementa:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. A história do ensino de biologia no Brasil e no mundo. 2. Alfabetização e divulgação científica. 3. Legislação e currículo em ensino de biologia. 4. Avaliação em ensino de biologia. 5. Recursos e estratégias didáticas, materiais e novas tecnologias no ensino de biologia. 6. Espaços formais e não formais no ensino de biologia. 7. Biologia, Diversidade e inclusão na educação. 8. Ensino de biologia à distância. 9. Conteúdos teóricos básicos e a prática docente em ensino de biologia. 10. Projetos pedagógicos e de pesquisa em ensino de biologia. 						
Metodologia						
A disciplina será ministrada por meio de:						
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas com recursos audiovisuais (retro-projetor; projetor de slides; televisão; vídeo cassete; DVD; vídeo microscópio; cartazes e modelos didáticos); • Aulas práticas; 						

- Análise de livros didáticos e paradidáticos;
- Construção, utilização e análise de jogos didáticos, maquetes, modelos, etc.;
- Visitas a espaços formais, não-formais e informais de ensino;
- Excursões didáticas;
- Desenvolvimento de mini-projetos em ensino de biologia;
- Apresentação de seminários.

Avaliação

A avaliação será realizada mediante os seguintes critérios: participação nas atividades; apresentação e entrega das atividades propostas; apresentação de seminários; apresentação do projeto desenvolvido e provas.

Bibliografia (Clássica / Básica da área):

ANTUNES, Celso. *Manual de técnicas de dinâmica de grupo, de sensibilização, de ludopedagogia*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 190 p., 2004.

BRASIL, MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 114p., 1999.

BROCKMAN, J. e MATSON, K. *As coisas são assim: pequeno repertório científico do mundo que nos cerca*. São Paulo. Cia. das Letras, 1997.

CARVALHO, Anna M. Pessoa e GIL-PÉREZ, Daniel. *Formação de professores de ciências: tendências e inovações*. São Paulo: Cortez, 1993.

EL HANI, C. e VIDEIRA, A. *O que é vida? Para entender a biologia no século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KRASILCHIK, Myriam. *Prática de ensino de biologia*. São Paulo: EDUSP V. 1, 200 p., 2008.

TURRA, Clódia Maria Godoy et al. *Planejamento de ensino e avaliação*. 11ª ed. Porto Alegre: SAGRA-DC Luzzatto, 307 p. 1996.

Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

	UNIDADE: Instituto de Letras				
	DEPARTAMENTO: Departamento de Estudos da Linguagem				
	DISCIPLINA: Libras I				
CH TOTAL	<input type="text" value="30"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="02"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="ILE06-12316"/>
Característica:		Cursos:			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	Obrigatória para os cursos de licenciaturas			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita	Eletiva Universal para os demais cursos de graduação			
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input checked="" type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:			Distribuição de carga horária da disciplina:		
do Aluno	do Professor	Tipo de aula:	Semanal	Semestral	
<input type="text" value="30"/> H	<input type="text" value="30"/> H	Teórica	2	30	
		Prática			
		Laboratório			
		Estágio			
		Total	2	30	
Objetivos:					
Desenvolver competência básica no uso de LIBRAS, em contextos interacionais imediatamente ligados à realidade sociocognitiva do surdo; reconhecer a LIBRAS como língua materna dos surdos; expandir e legitimar o uso de LIBRAS como língua legalizada no Brasil; instrumentalizar/possibilitar que o graduado em Letras estabeleça comunicação básica com surdos a partir de temas transversais.					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Conceitos de língua, linguagem, comunidade lingüística, variação lingüística, fonema, morfema, constituintes sintáticos.					
Pré-requisito(s) sugerido(s):				Código:	
<i>Não há</i>					
Pré-requisito:					
Ementa:					
As línguas de sinais/ As línguas orais-auditivas e as línguas viso-espaciais. Noções básicas de LIBRAS a partir de temas transversais e situações comunicativas (fonologia, morfologia, sintaxe): Formação de palavras; construção de sentenças simples. LIBRAS em prática: produção de diálogos.					
Bibliografia (Clássica / Básica da área):					
<ol style="list-style-type: none"> BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. FELIPE, Tanya A.; MONTEIRO, Myrna. Libras em contexto. 7ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. QUADRO, Rocine Muller; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre Editos: Mediação, 1998. SKLIAR, C. Atualidade da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre, Mediação, 1999. V. 1 e 2. 					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica


UERJ	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEMESTRE
		2005	

3) UNIDADE FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS APLICADOS AO ENSINO		
5) CÓDIGO EDU02-06645	6) NOME DA DISCIPLINA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	() obrigatória eletiva () universal (x) restrita () definida	7) CH 30	8) CRÉDITOS 2
9) CURSOS LICENCIATURA		(10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA	2	30
		PRÁTICA		
		LABORATÓRIO		
		ESTÁGIO		
		TOTAL	2	30
11) PRÉ-REQUISITO (A):				12) CÓDIGO
11) PRÉ-REQUISITO (B):				12) CÓDIGO
11) CO-REQUISITO:				12) CÓDIGO

13) OBJETIVOS Discutir criticamente os fundamentos e as práticas avaliativas das escolas de ensino fundamental.
14) EMENTA Pressupostos conceituais de avaliação. O caráter sociológico da avaliação. Abordagens quantitativa e qualitativa. Aspectos metodológicos da avaliação. Experiências de avaliação.
15) BIBLIOGRAFIA DEPRESBITERIS, Léa. O Desafio da avaliação da aprendizagem . São Paulo, EPU, 1989. FIGARI, Gérard. Avaliar: que referencial? (trad. 1. Ferreira e José Cláudio) Porto: Porto, 1996 HADJI, Charles. Avaliação desmistificada . (trad. P. Ramos) Porto Alegre: ARTMED Ed., 2001 HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio. Uma proposta construtivista . Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991 . . Avaliação mediadora. Uma prática em construção da pré-escola à universidade . Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar . S. Paulo, Cortez, 1995 MEDEIROS, E. B. Provas objetivas, discursivas, orais e práticas . Rio de Janeiro, FGV, 1983. NÓVOA, Antonio & ESTRELA, Albano (orgs.) Avaliações em Educação: novas perspectivas . Porto: Porto, 1993. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens -

entre duas lógicas. /Trad. P. Ramos/ . Porto Alegre, Artes Médicas. 1999.					
SOUZA, Clariza. (org.) Avaliação do rendimento escolar. Campinas, UNICAMP, 1995.					
VASCONCELLOS, Celso. <i>Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar</i> . Cadernos Pedagógicos do Libertad., Y.3. São Paulo, 1993.					
(16) PROFESSOR PROPONENTE		(17) CHEFE DO DEPARTAMENTO		(18) DIRETOR DA UNIDADE	
DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA	DATA	RUBRICA
/ /		/ /		/ /	

	EMENTA DA DISCIPLINA		1) ANO	2) SEM.
			2005	
3) UNIDADE: Faculdade de Educação		4) DEPARTAMENTO Estudos Aplicados ao Ensino		
5) CÓDIGO EDU02-08822	6) NOME DA DISCIPLINA Práticas Pedagógicas em Avaliação da Aprendizagem	() obrigatória eletiva () universal () definida (X) restrita	7) CH 30	8) CRÉD 1
9) CURSO(S) Licenciatura	10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA			
	TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL	
	TEÓRICA			
	PRÁTICA	2	30	
	LABORATÓRIO			
	ESTÁGIO			
	TOTAL	2	30	
11) PRÉ-REQUISITO (A):			12) CÓDIGO	
11) PRÉ-REQUISITO (B):			12) CÓDIGO	
11) CO-REQUISITO			12) CÓDIGO	
13) OBJETIVOS <ul style="list-style-type: none"> - Distinguir medida de avaliação, estabelecendo a relação entre medida e objetivos educacionais; - Caracterizar diferentes instrumentos de avaliação da aprendizagem; - Elaborar itens de provas, evidenciando o domínio de técnicas especiais de construção de diferentes tipos de questões; - Construir um Plano de Testagem. 				
14) EMENTA Avaliação e Medida: Conceitos distintos. Características de diferentes instrumentos de avaliação: observação, entrevista, escalas de classificação, escalas de atitudes, provas e testes. Planejamento dos instrumentos de avaliação. Construção de provas objetivas e discursivas: vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de questões. Análise de provas e testes. Plano de testagem.				
15) BIBLIOGRAFIA LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar . São Paulo: Cortez, 1995. MEDEIROS, Ethel Bauzer de. Provas objetivas: técnicas de construção . Rio de Janeiro, F.G.V., 1986. _____. Provas objetivas, discursivas, orais e práticas . Rio de Janeiro, F.G.V, 1983. POPHAM, W. J. Avaliação educacional . (trad.) Porto Alegre: Globo, 1993. SILVA, Ceres Santos da. Medidas e avaliação em educação . Petrópolis: Vozes, 1992. MELLO, Maria Cristina de e RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. Competências e Habilidades – Da teoria à prática . Rio de Janeiro: Wak Editora Ltda, 2002. PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. VIANNA, Heraldo Marelim. Testes em educação . São Paulo: IBRASA, 1990.				
16) PROFESSOR PROPONENTE		17) CHEFE DO DEPTº		18) DIRETOR
DATA	ASSINATURA/MAT.	DATA	RUBRICA	DATA

	EMENTA DA DISCIPLINA	1) ANO	2) SEM.
		2005	

3) UNIDADE: FACULDADE DE EDUCAÇÃO		4) DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE E DA FORMAÇÃO HUMANA		
5) CÓDIGO	6) NOME DA DISCIPLINA Práticas Pedagógicas em aprendizagem: Realizar o construtivismo no cotidiano da escola.	(x) obrigatória () eletiva () universal () definida () restrita	7) CH 45 h	8) CRÉD 02
9) CURSO(S) LICENCIATURAS		10) DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA		
		TIPO DE AULA	SEMANAL	SEMESTRAL
		TEÓRICA	15	01
		PRÁTICA	30	01
		LABORATÓRIO		
		ESTÁGIO		
		TOTAL	45	02
11) PRÉ-REQUISITO (A):		12) CÓDIGO		
11) PRÉ-REQUISITO (B):		12) CÓDIGO		
11) CO-REQUISITO		12) CÓDIGO		
<p>13. OBJETIVOS</p> <p>Estabelecer a vinculação entre a teoria e a prática, no que se refere à aprendizagem sob a ótica construtivista e sócio-interacionista.</p> <p>Desenvolver, nos alunos, competências necessárias ao melhor desempenho nos Estágios Supervisionados.</p> <p>Aumentar a motivação dos alunos, em relação ao exercício da docência.</p> <p>14. EMENTA</p> <p>Conceituação e características do Construtivismo.</p> <p>Aplicações práticas das idéias construtivistas à docência.</p> <p>Realização de atividades em três níveis: observação, planejamento e realização de práticas construtivistas de aprendizagem.</p>				

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp)					
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)					
	DISCIPLINA: As Ciências no Cotidiano Escolar – Prática CAp I					
CH TOTAL	<input type="text" value="30"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="1"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="CAP04-08922"/>	
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas				
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	3º Período				
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida					
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal					
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:				
do Aluno	<input type="text" value="30"/> H	do Professor	<input type="text" value="30"/> H	Tipo de aula:	Semanal	Semestral
				Teórica		
				Prática	2	30
				Laboratório		
				Estágio		
				Total	2	30
Objetivos: Compreender os processos de investigação próprios das Ciências Naturais e analisar as implicações sociais do desenvolvimento científico e tecnológico. Articular o conhecimento científico, a pesquisa em ensino de ciências e a disciplina de Ciências do ensino fundamental, com ênfase nos conceitos físicos, químicos, geológicos e astronômicos e suas interfaces com conceitos biológicos. Analisar o processo de aprendizagem dos conceitos científicos pelos alunos e o papel desses conteúdos no currículo escolar. Desenvolver e utilizar novas metodologias e materiais didáticos adequados ao ensino de Ciências.						
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:						
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:	
Pré-requisito:					Código:	
Ementa: A educação científica no contexto escolar. A interdisciplinaridade: conceitos físicos, químicos, geológicos e astronômicos e suas interfaces com conceitos biológicos. Recursos didáticos convencionais e alternativos para o ensino de Ciências. Desenvolvimento de novas metodologias e produção de material didático para o ensino de Ciências. Elaboração de projetos educativos para aplicação em espaços escolares e/ou comunitários. Atividade laboratorial.						
Bibliografia (Clássica / Básica da área): CHASSOT, Attico. <i>A Ciência Através dos Tempos</i> . São Paulo: Moderna, 1994. GASPAR, Alberto. <i>Experiências de Ciências para o 1º Grau</i> . São Paulo, Ática, 1995. GIORDAN, A. e DE VECCHI, G. <i>As Origens do Saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. GEPEQ. <i>Interações e Transformações: química para o 2º Grau – livro do aluno</i> . São Paulo: Editora da USP, 1996 – (3 volumes). GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. <i>Física 1</i> . 5º Ed. São Paulo: Editora da USP, 1999 – (3 volumes). LEVINE, S. & GRAFTON, Allison. <i>Brincando de Einstein. Atividades científicas e recreativas para sala de aula</i> . Campinas, Papirus, 1995.						
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor		
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica	
08/04/2011						

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP)				
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)				
	DISCIPLINA: Instrumentação para o Ensino Lúdico de Ciências e Biologia – Prática CAP II				
CH TOTAL	30	CRÉDITOS	1	CÓDIGO	CAP04-08924
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	4º Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
		Tipo de aula:	Semanal	Semestral	
do Aluno	do Professor	Teórica			
<input type="text" value="30"/> H	<input type="text" value="30"/> H	Prática	2	30	
		Laboratório			
		Estágio			
		Total	2	30	
<p>Objetivos: Vivenciar metodologias específicas do ensino de Ciências de atividades em classe e extraclasse; produzindo materiais didáticos adequados às novas diretrizes curriculares para o ensino de Ciências e Biologia, visando a inserção da ciência contemporânea nas atividades escolares.</p>					
<p>Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:</p>					
Pré-requisito(s) sugerido(s):				Código:	
Pré-requisito:				Código:	
<p>Ementa: A Natureza da Ciência e o Ensino de Ciência – trabalhando a natureza do método científico com os alunos. Propostas de atividades de participação ativa dos alunos na construção do significado de Conhecimento Científico. A Instrumentalização do Ensino de Ciências – alternativas metodológicas e recursos/materiais para um ensino motivador: jogos, simulações e projetos. A Prática Pedagógica e o Alfabetismo Científico. A problemática ensino-aprendizagem em Ciências. Qualidades e Limitações das atividades, materiais e estratégias propostas no curso. A Participação Ativa dos Alunos: desenvolvimento do interesse, da criatividade e do espírito crítico e reflexivo.</p>					
<p>Bibliografia (Clássica / Básica da área): BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> São Paulo: Editora Ática, 2º Ed. 2002. CANTO, E. L. <i>Coleção Ciências Naturais: aprendendo como o cotidiano.</i> São Paulo Moderna, 1999. CAZELLI, S. <i>Alfabetização Científica e Processos Educativos. Perspicillum.</i> MAST - Rio de Janeiro, v.6 n. 1, p. 75 – 104, 1992. COLL, C. e Cols. <i>Os Conteúdos na Reforma: ensino aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes.</i> Porto Alegre: Artmed, 2º ed. 2000. _____. <i>Aprender Conteúdos e Desenvolver Capacidades.</i> Porto Alegre: Artmed., 2004. FROTA-PESSOA, O. <i>Os Caminhos da Vida: biologia no ensino médio.</i> Manual do professor. 1ª ed. São Paulo, Editora Scipione, 2001. MILLE, J. D. Scientific Literacy: a conceptual and empirical review. <i>Daedalus</i>, n. 122, p. 29-48, 1983. ZABALA, A. (org.) <i>Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula.</i> Porto Alegre: Artmed, 2ª ed. 1999.</p>					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp)				
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)				
	DISCIPLINA: Tópicos em Investigação Científica – Prática CAp III				
CH TOTAL	30	CRÉDITOS	2	CÓDIGO	CAP04-08921
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	5º Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
do Aluno		Tipo de aula:		Semanal	
do Professor				Semestral	
30 H		Teórica			
30 H		Prática		2	
		Laboratório		30	
		Estágio			
		Total		2	
				30	
Objetivos: Utilizar um sistema biológico (ex. célula procariota) como modelo para utilizar fenômenos naturais e conceitos científicos. Debater concepções científicas adequadas e inadequadas ao processo envolvendo a educação científica. Oferecer uma abordagem contextualizada e alternativa para responder questões sobre a ciência no cotidiano. Utilizar os acertos e erros científicos no desenvolvimento do espírito crítico. Desenvolver projetos teóricos/práticos.					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:
Pré-requisito:					Código:
Ementa: Metodologia científica; conceitos e integração científicos; discussão de artigos científicos ou divulgação científica, vídeos e experimentos, Ciência e Tecnologia nos materiais didáticos; bioética, terminologia científica.					
Bibliografia (Clássica / Básica da área): BIZZO, N. <i>Ciências: fácil ou difícil?</i> Ed. Atica, 2002. HENNIG, G. J. <i>Metodologia do Ensino de Ciências</i> . Mercado Aberto, 1998. 3º Ed. WEISSMAN, H. <i>Didática das Ciências Naturais</i> . Porto Alegre: ArtMed, 1998. SINGER, P. <i>Vida Ética</i> . Ediouro, 2002. DELIZOICOV, D. <i>et. al. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos</i> . Ed. Cortez, 2002. HAMBURGER, E. W. <i>et. al. O Desafio de Ensinar Ciências no Século XXI</i> . EDUSP, 2000. FILHO, G. N. S. & de OLIVEIRA, V. L. <i>Microbiologia: manual de aulas práticas</i> . EDUFSC, 2004. NOGUEIRA, A. <i>et. al. Ciência para quem? Formação Científica para que?</i> Ed. Vozes, 2000. MORIN, E. <i>A Religião dos Saberes</i> . Ed. Bertrand Brasil, 2001. SAGAN, C. <i>O Mundo Assombrado pelos Demônios</i> . Cia das Letras, 1996. MADDOX, J. <i>O Que Falta Descobrir</i> . Ed. Campus, 1999. PURVES, W. K. <i>et. al. Vida: a ciência da biologia</i> . Porto Alegre: ArtMed, 202. 6ª Ed. RIDLEY, M. <i>Genoma</i> , Rio de Janeiro: Record, 2001. Revista de divulgação científica (<i>Ciência Hoje e Scientific American Brasil</i>) e artigos da internet.					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

Formulário de Identificação da Disciplina

	UNIDADE: Faculdade de Educação				
	DEPARTAMENTO: Estudos Aplicados ao Ensino				
	DISCIPLINA: Didática/ Estágio Supervisionado				
CH TOTAL	<input type="text" value="90"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="4"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="EDU02-11319"/>
Característica:		Cursos: Licenciaturas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória				
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:			Distribuição de carga horária da disciplina:		
do Aluno	do Professor	Tipo de aula:	Semanal	Semestral	
<input type="text" value="90"/> H	<input type="text" value="60"/> H	Teórica	2	30	
		Prática			
		Laboratório			
		Estágio	4	60	
		Total	6	90	
Objetivos:					
Analisar discussões teóricas atuais sobre a Didática, histórico e construção do campo, bem como o planejamento e os elementos do processo de ensino. Discutir o trabalho docente, a cultura docente, a cultura e o cotidiano escolar. Realizar atividades de observação, investigação e análise da cultura escolar em uma escola de educação básica.					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):				Código:	
Pré-requisito:				Código:	
Ementa:					
Profissão docente. Identidade docente. Cultura e cotidiano escolar: sujeitos, saberes, espaços e tempo. Identidades dos sujeitos da escola: classe social, gênero, sexualidade e etnia. Campo contemporâneo da Didática: foco na Didática crítica. Origens da Didática: histórico e constituição do campo. Planejamento de ensino e avaliação. Técnicas de ensino.					
Bibliografia (Clássica / Básica da área):					
ALVES, Nilda et al. Criar currículo no cotidiano. SP: Cortez. 2002. CANDAUI, Vera M. (Org.) Magistério: construção cotidiana. Petrópolis. Vozes, 1997. CANDAUI, Vera M. (Org.) Sociedade, educação e cultura (s) – Questões e propostas. Petrópolis. Vozes, 2002. CANDAUI, Vera M. (Org.) Cultura(s) e educação. RJ: DP&A. 2005. ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENPIDE). RJ: DP&A, 2000, 2002. LOPES, Alice C. & MACEDO, Elizabeth (orgs). Currículos: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. OLIVEIRA, M. R. N. (Org.). Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. São Paulo: 1993. VEIGA, Ilma P. A. (Org.) Técnicas de ensino: por que não? São Paulo: Papirus, 1991. VEIGA, Ilma P. A. (Org.) Didática: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus Editora. 1996. VEIGA, Ilma P. A. (Coord.) Repensando a didática. 6ª ed. Campinas: Papirus Editora. 1995.					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp)				
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)				
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II (Ciências)				
CH TOTAL	60	CRÉDITOS	4	CÓDIGO	CAP04-12178
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	6º Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
do Aluno	do Professor	Tipo de aula:	Semanal	Semestral	
60 H	60 H	Teórica			
		Prática			
		Laboratório			
		Estágio	4	60	
		Total	4	60	
Objetivos: Relacionar teoria e prática no ensino de Ciências na escola básica. Compreender a escola e a sala de aula como espaços de construção de conhecimento e de formação de cidadania. Discutir os princípios epistemológicos do ensino de Ciências e as implicações humanas, éticas, sociais e políticas. Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Ciências em unidades escolares. Vivenciar experiências de ensino de Ciências na escola básica sob a orientação e supervisão dos professores.					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):				Código:	
Pré-requisito:				Código:	
Ementa: Os saberes dos professores de Ciências. As aulas de Ciências no ensino fundamental e a transposição dos conhecimentos. Acompanhamento da prática docente de professores de Ciências de 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Planejamento e execução de atividades docentes relacionadas ao ensino de Ciências no 3º e 4º ciclos do ensino fundamental sob orientação e supervisão do professor. * Esta disciplina será obrigatória para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.					
Metodologia: Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo, para a identificação de situação do ensino de Ciências e Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para o ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática em sala de aula através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, auxílio aos docentes e alunos-regentes na elaboração e na aplicação do plano de aula em turma.					
Avaliação: A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio, desenvolvimento de metodologias e trabalho final escrito com apresentação.					
Bibliografia (Clássica / Básica da área): LOPES, A. C. Conhecimento Escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.) Disciplinas e Integração Curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. NARDI, Roberto, BASTOS, Fernando e DINIZ, Renato Eugênio da S. (orgs.) Pesquisas em Ensino de Ciências: contribuições para a formação de professores. São Paulo: Escrituras, 2004. OLIVEIRA, D. L. de. Ciências nas Salas de Aula. Porto Alegre: Mediação, 1997. SILVA, L. H. da (org.). Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo? Petrópolis: Vozes, 1999. TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação de Professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

Formulário de Identificação da Disciplina

	UNIDADE: INSTITUTO DE BIOLOGIA ROBERTO ALCANTARA GOMES				
	DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA (DECB)				
	DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (CIÊNCIAS)				
CH TOTAL	<input type="text" value="60"/>	CRÉDITOS	<input type="text" value="2"/>	CÓDIGO	<input type="text" value="IBRAG12-09705"/>
Característica:		Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	6º Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
		do Aluno	do Professor		Tipo de aula:
		<input type="text" value="60"/> H	<input type="text" value="60"/> H		Semanal
					Semestral
					Teórica
					Prática
					Laboratório
					Estágio
					Total
					4
					60
					4
					60
Objetivos:					
<ul style="list-style-type: none"> • destacar a importância da integração entre teoria e prática no ensino de Ciências na Educação Básica; • propiciar as orientações e os embasamentos teóricos e metodológicos necessários para que os graduandos possam planejar e desenvolver aulas de Ciências em diferentes modalidades didáticas, reconhecendo as especificidades das diversas situações e públicos escolares. • acompanhar e analisar as atividades desenvolvidas pelos graduandos durante o estágio nas unidades escolares. 					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:
Pré-requisito: Didática / Estágio Supervisionado					Código:
Ementa:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Transposição didática de conteúdos científicos para o ensino de Ciências na Educação Básica. 2. Legislação, currículo e avaliação em ensino de Ciências. 3. Ensino de Ciências e Educação Inclusiva. 4. Modalidades didáticas e recursos pedagógicos no Ensino de Ciências. 					
Metodologia					
A disciplina será ministrada por intermédio de:					
<ul style="list-style-type: none"> • aulas expositivas com a utilização de recursos audiovisuais; • observação das atividades docentes em escolas do Ensino Fundamental; • desenvolvimento de projetos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. 					
Avaliação					
Na disciplina serão registrados e avaliados a(o):					
<ul style="list-style-type: none"> • participação nas atividades propostas; • acompanhamento das atividades realizadas na escola; • entrega de relatórios referentes às atividades desenvolvidas durante o estágio. 					

Bibliografia (Clássica / Básica da área):

BIZZO, Nélío *Ciências: fácil ou difícil?* 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. *Parâmetros Curriculares Nacionais* – Brasília, 1998.

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. 2ªed. São Paulo: Moderna, 2004.

CHASSOT, Attico *Alfabetização Científica - questões e desafios para a educação*. 3. ed. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

EL HANI, Charbel Niño e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *O que é vida? Para entender a Biologia no século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37 edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

HAMBURGER, Ernst W. e MATOS, Cauê. (Orgs.) *O desafio de ensinar Ciências no século XXI*. São Paulo: EDUSP, 2000.

KRASILCHIK, Myriam. *Prática de Ensino de Biologia*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. (Orgs) *Currículo de Ciências em debate*. São Paulo: Papyrus, 2004.

SACRISTAN, José Gimeno e PÉREZ-GOMES, Angel. *Compreender e transformar o ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA FILHO, Waldomiro José (ed.) *Epistemologia e Ensino de Ciências*. Salvador : Arcádia, 2002.

Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Waisenhowerk Vieira de Melo		Andréa Carla de Souza Góes		Israel Felzenszwalb	
Data	Assinatura/matr	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011	.				

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp)				
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)				
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV (Biologia)				
CH TOTAL	60	CRÉDITOS	4	CÓDIGO	CAP04-12179
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas			
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	7º Período			
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita				
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida				
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal				
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:			
do Aluno		do Professor		Tipo de aula:	Semanal
60 H		60 H		Teórica	Semestral
				Prática	
				Laboratório	
				Estágio	4
				Total	60
Objetivos: Relacionar teoria e prática no ensino de Biologia na escola básica. Compreender a escola e a sala de aula como espaços de construção de conhecimento e de formação de cidadania. Discutir os princípios epistemológicos do ensino de Biologia e as implicações humanas, éticas, sociais e políticas. Elaborar e executar planejamento de atividades de ensino de Ciências em unidades escolares. Vivenciar experiências de ensino de Ciências na escola básica sob a orientação e supervisão dos professores.					
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:					
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:
Pré-requisito:					Código:
Ementa:					
Os saberes dos professores de Biologia e a prática profissional. A aula de Biologia no ensino médio e a integração dos saberes. Acompanhamento da prática docente de professores de Biologia do ensino médio. Planejamento e execução de atividades docentes relacionadas ao ensino de Biologia do ensino médio sob orientação e supervisão do professor. * Esta disciplina será obrigatória para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.					
Metodologia: Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo, para a identificação de situação do ensino de Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para o ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática em sala de aula através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, auxílio aos docentes e alunos-regentes na elaboração e na aplicação do plano de aula em turma.					
Avaliação: A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio, desenvolvimento de metodologias e trabalho final escrito com apresentação.					
Bibliografia (Clássica / Básica da área):					
LOPES, A. C. Conhecimento Escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.					
LOPES, A. C. e MACEDO, E. (orgs.) Disciplinas e Integração Curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
NARDI, Roberto, BASTOS, Fernando e DINIZ, Renato Eugênio da S. (orgs.) Pesquisas em Ensino de Ciências: contribuições para a formação de professores. São Paulo: Escrituras, 2004.					
NÓVOA, A. (org.) Profissão Professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.					
OLIVEIRA, D. L. de. Ciências nas Salas de Aula. Porto Alegre: Mediação, 1997.					
SILVA, L. H. da (org.). Século XXI: Qual Conhecimento? Qual Currículo? Petrópolis: Vozes, 1999.					
TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação de Professores. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.					
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

Formulário de Identificação da Disciplina

	UNIDADE: IBRAG		
	DEPARTAMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA (DECB)		
	DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO V (Biologia)		
CH TOTAL	90	CRÉDITOS	3
CÓDIGO	IBRAG 12-09708		
Característica:	Cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas		
<input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória	7º Período		
<input type="checkbox"/> Eletiva restrita			
<input type="checkbox"/> Eletiva definida			
<input type="checkbox"/> Eletiva universal			
Carga Horária:			Distribuição de carga horária da disciplina:
do Aluno	do Professor		Tipo de aula:
90 H	90 H		Semanal
			Semestral
			Teórica
			Prática
			Laboratório
			Estágio
			Total
			6
			90
			6
			90
Objetivos:			
<ul style="list-style-type: none"> • destacar a importância da integração entre teoria e prática no ensino de Biologia na Educação Básica; • propiciar as orientações e os embasamentos teóricos e metodológicos necessários para que os graduandos possam planejar e desenvolver aulas de Biologia em diferentes modalidades didáticas, reconhecendo as especificidades das diversas situações e públicos escolares. • acompanhar e analisar as atividades desenvolvidas pelos graduandos durante o estágio nas unidades escolares. 			
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:			
Pré-requisito(s) sugerido(s):			Código:
Pré-requisito:			Código:
<ul style="list-style-type: none"> • Estágio Supervisionado II (Ciências) CAp • Estágio Supervisionado III (Ciências) 			
Ementa:			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Transposição didática de conteúdos científicos para o ensino de Biologia na Educação Básica. 2. Legislação, currículo e avaliação em ensino de Biologia. 3. Ensino de Biologia e Educação Inclusiva. 4. Modalidades didáticas e recursos pedagógicos no Ensino de Biologia. 			
Metodologia			
A disciplina será ministrada por intermédio de:			
<ul style="list-style-type: none"> • aulas expositivas com a utilização de recursos audiovisuais; • observação das atividades docentes em unidades escolares do Ensino Médio; • desenvolvimento de projetos e materiais didáticos para o ensino de Biologia. 			
Avaliação			
Na disciplina serão registrados e avaliados a(o):			
<ul style="list-style-type: none"> • participação nas atividades propostas; • acompanhamento das atividades realizadas na escola; • entrega de relatórios referentes às atividades desenvolvidas durante o estágio. 			

Bibliografia (Clássica / Básica da área):

CHASSOT, Attico *Alfabetização Científica - questões e desafios para a educação*. 3. ed. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2003.

EL HANI, Charbel Niño e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *O que é vida? Para entender a Biologia no século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37 edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

KRASILCHIK, Myriam. *Prática de Ensino de Biologia*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA FILHO, Waldomiro José (ed.) *Epistemologia e Ensino de Ciências*. Salvador : Arcádia, 2002.

Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor	
Waisenhowerk Vieira de Melo		Andréa Carla de Souza Góes		Israel Felzenszwalb	
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica
08/04/2011					

	UNIDADE: Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp)					
	DEPARTAMENTO: Ciências da Natureza (DCN)					
	DISCIPLINA: Estágio Supervisionado VI					
CH TOTAL	90	CRÉDITOS	6	CÓDIGO	CAP04-12180	
Característica:		Curso: Licenciatura em Ciências Biológicas				
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigatória	8º Período				
<input type="checkbox"/>	Eletiva restrita					
<input type="checkbox"/>	Eletiva definida					
<input type="checkbox"/>	Eletiva universal					
Carga Horária:		Distribuição de carga horária da disciplina:				
do Aluno	90 H	do Professor	90 H	Tipo de aula:	Semanal	Semestral
				Teórica		
				Prática		
				Laboratório		
				Estágio	6	90
				Total	6	90
<p>Objetivos: Estimular uma permanente atitude de reflexão diante dos problemas da educação científica, possibilitando a definição de objetivos educacionais significativos, a escolha e criação de estratégias de ensino eficazes e coerentes e de procedimentos adequados de avaliação para o ensino de Ciências e Biologia. Aplicar o conhecimento desenvolvido na graduação à metodologia dos processos de ensino e aprendizagem, em situações de escolarização, preparando unidades de ensino, material didático e recursos audiovisuais. Exercitar e desenvolver habilidades pessoais e profissionais inerentes à docência, associando teoria e prática, de forma a complementar o processo de aprendizagem, transferindo estudos teóricos e teórico-práticos para situações concretas de sala de aula através das mini-aulas e regência de turmas de ensino fundamental e médio.</p>						
Conceitos de outras disciplinas necessários para a aprendizagem desta disciplina:						
Pré-requisito(s) sugerido(s):					Código:	
Pré-requisito:					Código:	
Ementa:						
<p>A aplicabilidade de conhecimentos de Ciências Biológicas e Didática à metodologia dos processos de ensino e aprendizagem, em situações de escolarização. O desenvolvimento de mini-projetos diretamente ligados ao preparo de unidades de ensino, material didático e recursos paralelos. Regência de turma: Exercício da intervenção na realidade escolar, no ensino fundamental e médio. A pesquisa como fonte de reflexão e análise crítica da prática docente. *Esta disciplina será obrigatória para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.</p>						
<p>Metodologia: Leitura e discussão de artigos e análise de dados estatísticos, através de trabalhos individuais e em grupo para a identificação da situação do ensino de Ciências e Biologia na realidade educacional do Instituto de Aplicação. Análise, seleção e desenvolvimento de alternativas metodológicas para o ensino das Ciências, construindo materiais e recursos didáticos e utilizando-os na prática educativa. Experiência prática, em turma de Ensino Fundamental e Médio, através da observação do trabalho docente e discente, da análise da turma, elaboração e na aplicação do plano de aula em efetiva regência de turma.</p>						
<p>Avaliação: A avaliação se pautará no processo e no produto apresentados, incluindo os trabalhos individuais e em grupo, a programação de estágio, a regência de classe, participação e desempenho durante o curso, contribuições para o planejamento do estágio e trabalho final escrito com apresentação.</p>						
Bibliografia (Clássica / Básica da área):						
BORDENAVE, Pereira. Estratégia de ensino aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 1980.						
BIZZO, N. Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: Editora Ática, 2ª ed., 2002.						
CANTO, E. L. Coleção Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano. São Paulo: Moderna, 1999.						
CARVALHO, Ana Maria Pessoa de e GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências. São Paulo: Cortez, 1995, p. 120.						
CAZELLI, S. Alfabetização Científica e Processos Educativos. <i>Perspicillum</i> . MAST - Rio de Janeiro, v.6 n.1, p. 75-104, 1992.						
Professor proponente		Chefe do Departamento		Diretor		
Data	Assinatura/matr.	Data	Rubrica	Data	Rubrica	
08/04/2011						